



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**  
**FF/DAF/NCP/Setor de Licitações e Credenciamentos**

**EDITAL**

**Nº do Processo:** 262.00001644/2026-08

**Interessado:** Fundação Florestal

**Assunto:** Compra de calçados EPIs

**PREGÃO ELETRÔNICO:** 93005/2026

**CONTRATANTE (UASG):** 261101

**OBJETO:** Constituição de Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI - Bota) e itens correlatos destinados ao atendimento das necessidades operacionais das brigadas da Fundação Florestal, incluindo brigadistas temporários convocados para atuação nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 2.834.175,00

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 27/03/2026 às 09 h\_(horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** menor preço

**Modo de disputa:** aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**Sumário**

1. DO OBJETO. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO. 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9
7. DA FASE DE JULGAMENTO. 9

- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO. 9
- 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 9
- 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 9
- 11. DOS RECURSOS. 9
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 9
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO. 9
- 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 9

## **FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93005/2026**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 262.00001644/2026-08**

Torna-se público que a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, por meio do Setor de Licitações e Compras, sediada na Avenida Professor Hermann Junior, 345, Alto de Pinheiros – São Paulo SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Constituição de Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) (bota) e itens correlatos destinados ao atendimento das necessidades operacionais das brigadas da Fundação Florestal, incluindo brigadistas temporários convocados para atuação nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

#### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os todos os itens a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.2. Considerando o valor estimado dos itens objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as

situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com

a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Modelo;

5.1.4. Fabricante;

5.1.5. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer

alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

<b>Item</b>	<b><u>Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances</u></b>
<u>1</u>	R\$ 1,00 (um real)
<u>2</u>	R\$ 1,00 (um real)
<u>3</u>	R\$ 1,00 (um real)

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de

2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual

desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo (Termo de Referência), por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.2. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.2.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar

desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A fase de apresentação de amostra(s) exigida na documentação que integra este Edital, quando houver, e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art.

165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [licitacoes@fflorestal.sp.gov.br](mailto:licitacoes@fflorestal.sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com a PORTARIA NORMATIVA FF 017/2025, de 13 de outubro de 2025, publicada na edição de 14 de outubro de 2025 do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a qual integra o edital de licitação como Anexo III.

## **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [licitacoes@fflorestal.sp.gov.br](mailto:licitacoes@fflorestal.sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <https://compras.sp.gov.br/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização

do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo

contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

- 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.15.3. ANEXO III – Portaria Normativa FF 017/2025;
- 14.15.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;
- 14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);
- 14.15.6. ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**RODRIGO LEVKOVICZ**  
Diretor Executivo

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Estão disponíveis para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

### **ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Está disponível para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

### **ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

Está disponível para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

## **ANEXO III - PORTARIA NORMATIVA FF/DE 017/2025**

Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Fundação Florestal.

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal;

Considerando as disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

Considerando a importância de padronizar os procedimentos sancionatórios no âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo,

### **RESOLVE:**

#### **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1º - No âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF), a aplicação das sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a que se referem os incisos I, II, III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, obedecerá às normas estabelecidas na presente portaria.

Artigo 2º - A aplicação das sanções observará os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As disposições desta portaria abrangem também as infrações cometidas por proponentes, adjudicatários e detentores de atas de registro de preços, bem como aquelas cometidas nos processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

#### **CAPÍTULO II - DAS INFRAÇÕES**

Artigo 4º - Comete infração administrativa, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante e o contratado que, com dolo ou culpa:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

V - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra o edital de licitação ou no aviso de contratação; ou

e) apresentar amostra em desacordo com as especificações, caso exigida na documentação que integra o edital de licitação ou o aviso de contratação;

VI - não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, sem justificativa, no prazo e condições estabelecidas pela Administração;

VII - recusar-se, sem justificativa, a assinar termo aditivo ao contrato, no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

VIII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação

sem motivo justificado;

IX - apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame licitatório, no processo de contratação direta ou durante a execução do contrato;

X - fraudar a licitação, o processo de contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

XI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

XII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou da contratação direta;

XIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## **CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **SEÇÃO I - ASPECTOS GERAIS**

Artigo 5º - Com fundamento na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

II - multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou daquele estimado para a contratação, conforme o caso;

III - impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 6º - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Artigo 7º - As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

Artigo 8º - A aplicação das sanções tratadas nesta portaria não exclui, em hipótese nenhuma, a obrigação de reparação do dano causado à Administração.

### **SEÇÃO II - DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA**

Artigo 9º - A sanção de advertência será aplicada quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

### **SEÇÃO III - DA SANÇÃO DE MULTA**

Artigo 10 - A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

I - No caso das infrações a seguir elencadas, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou daquele estimado para a contratação:

a) apresentar declaração ou documentação falsa na licitação, no processo de contratação direta ou durante a execução do contrato;

b) praticar ato fraudulento durante a licitação, no processo de contratação direta ou na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou do processo de contratação direta; ou
5. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - No caso das infrações a seguir elencadas, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
4. deixar de apresentar amostra; ou
5. apresentar amostra em desacordo com as especificações do mesmo.

III - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, quando:

a) a vencedora da licitação não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não formalizar a ata de registro de preços;

b) a contratada recusar-se, sem justificativa, a assinar o termo aditivo no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

c) não puder ser formalizado o contrato, o termo aditivo ou a ata de registro de preços em razão da não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação ou no procedimento de contratação direta.

IV - No caso de inobservância do prazo fixado para a execução do objeto do contrato ou de obrigação acessória será aplicada multa de 1% (um por cento) até 5% (cinco por cento) do valor atualizado da parcela contratual correspondente, acrescida de:

a) 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor atualizado da parcela contratual correspondente quando o atraso se limitar a 50% (cinquenta por cento) do prazo inicialmente previsto para a entrega do objeto, de sua parcela ou da obrigação acessória relacionada;

b) 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor atualizado da parcela inadimplida quando o atraso exceder o período previsto na alínea "a" deste inciso.

V - No caso de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:

a) será aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato;

b) ocorrerá extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, conforme dispõe o inciso I do caput do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

c) e após o prazo mencionado na alínea "b" deste inciso V, a Administração poderá decidir, motivadamente, por conceder prazo adicional de até 15 (quinze) dias antes da extinção do contrato.

VI - No caso de inexecução parcial do objeto do contrato ou de obrigação acessória a este, será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor atualizado da parcela inadimplida do contrato, ressalvado o quanto previsto no inciso VIII deste artigo.

VII - No caso de inexecução total do contrato, será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato.

VIII - No caso de inexecução parcial ou total do contrato ou de obrigação acessória a ele, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida.

§ 1º - Ensejará a extinção do ajuste o atraso que corresponder ao total do prazo inicialmente previsto para entrega do objeto contratual, salvo decisão fundamentada da autoridade competente justificando a vantajosidade de manutenção da avença, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

§ 2º - A atualização do valor do contrato, da ata de registro de preços e do valor estimado da contratação será efetuada pela variação do índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP entre a data da infração e a data do efetivo pagamento da multa.

§ 3º - Considera-se obrigação acessória qualquer descumprimento das obrigações assumidas na contratação e que não se refiram diretamente ao objeto do contrato, exemplificativamente, porém não se limitando a esse rol:

1. o atraso ou o não pagamento de obrigações trabalhistas aos prestadores de serviços disponibilizados pela contratada para execução do objeto contratual;

2. a não disponibilização ou o atraso no envio de materiais ou insumos em quantidade e qualidade suficiente para execução do objeto do contrato;

3. o atraso em substituir equipamento, material ou mão de obra que não se mostre adequada ou com qualidade para execução do objeto contratado;

4. a não manutenção, durante a vigência do contrato, das condições que culminaram com sua habilitação;

5. o desatendimento às solicitações da Administração no prazo por ela determinado.

Artigo 11 - O valor correspondente à multa aplicada será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção.

§ 1º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida no edital.

§ 2º - Inexistindo a possibilidade de desconto a que se refere o caput deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido através de depósito bancário, em conta corrente em nome da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Infraestrutura e Logística, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação.

§ 3º - Não logrando êxito no recebimento da multa aplicada será efetuada a cobrança judicialmente.

Artigo 12 - A sanção de multa pode ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 13 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 14 - A aplicação de multa não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

#### **SEÇÃO IV - DA SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

Artigo 15 - São hipóteses para aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, causando grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, nos termos do artigo 155, II, c.c. artigo 156, § 4º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente

público durante o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra o edital ou o aviso de contratação; ou

ou o aviso de contratação; ou

5. apresentar amostra em desacordo com as especificações exigidas no instrumento convocatório;

V - não celebrar o contrato, a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - não celebrar o termo aditivo no prazo estipulado pela Administração nos casos de alteração unilateral e naqueles em que houve anuência da contratada;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Parágrafo único - A dosimetria da sanção de impedimento de licitar e contratar será aferida caso a caso, levando em consideração a gravidade do ato em si e o impacto gerado à Administração.

## **SEÇÃO V - DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Artigo 16 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses do § 5º do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º - A ocorrência das infrações a seguir descritas ensejarão a aplicação de declaração de inidoneidade por um período de 3 (três) a 6 (seis) anos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

3. caso exigida na documentação que integra o edital ou o aviso de contratação, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º - A ocorrência das infrações a seguir descritas, quando justificada a imposição de penalidade mais grave em relação à sanção de impedimento de licitar e contratar, ensejarão a aplicação de declaração de inidoneidade por um período de 3 (três) a 4 (quatro) anos:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2. dar causa à inexecução total do contrato;

3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

5. não celebrar o contrato, a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. não celebrar o termo aditivo no prazo estipulado pela Administração;

7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

§ 3º - A dosimetria da pena de declaração de inidoneidade será aferida caso a

caso, levando em consideração a gravidade do ato em si e o impacto gerado à Administração.

## **CAPÍTULO IV - DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES**

### **SEÇÃO I - DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES**

Artigo 17 - São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;  
II - o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;  
III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;  
IV - a reincidência;  
V - o cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual. § 1º - Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 2º - Para efeito de reincidência:

1. considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta dos de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

2. não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos;

3. não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

§ 3º - Na hipótese do inciso V do caput, o infrator estará sujeito à sanção cabível para a infração mais grave entre elas, ou, se iguais, à somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Artigo 18 - Configurada a situação agravante, o valor da multa e o período previsto para a sanção de impedimento de licitar e contratar serão acrescidos de 100% (cem por cento).

§ 1º - o acréscimo mencionado no caput deste artigo, no caso de multa fica limitado a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, da ata de registro de preços ou daquele estimado para a contratação.

§ 2º - o acréscimo mencionado no caput deste artigo, no caso de sanção de impedimento de licitar e contratar fica limitado a 6 (seis) anos.

§ 3º - A avaliação das circunstâncias será feita na fase de dosimetria da pena.

### **SEÇÃO II - DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES**

Artigo 19 - Serão consideradas circunstâncias atenuantes, resultando na redução de 50% (cinquenta por cento) da sanção calculada nos termos desta portaria, quando a licitante, a detentora da ata de registro de preços ou o contratado, antes do julgamento:

I - confessar a autoria da infração;

II - comprovar que procurou evitar ou minorar as consequências da infração;

III - reparar o dano.

§ 1º - As circunstâncias atenuantes, tratadas neste artigo, não terão efeito cumulativo entre si para obtenção de redução adicional do percentual de sanção a ser aplicada.

§ 2º - A redução da sanção, mencionada no caput deste artigo, não poderá reduzir a dosimetria da pena abaixo do limite mínimo estabelecido nos § 3º e 5º do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º - os limites mínimos da sanção aplicável respeitarão o art. 156, §3º e § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO V - DA COMPETÊNCIA**

Artigo 20 - A competência para aplicar as sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal.

Artigo 21 - A competência para declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com

a Administração, prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal.

Artigo 22 - No caso de contratação decorrente de Sistema de Registro de Preços - SRP, compete:

I - ao Órgão Gerenciador: aplicar as penalidades relacionadas ao procedimento licitatório, à ata de registro de preços e às próprias contratações; e

II - ao Órgão Participante / Não Participante: aplicar as penalidades decorrentes do contrato celebrado.

## **CAPÍTULO VI - DOS PRAZOS E PROCEDIMENTO**

### **SEÇÃO I - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO**

Artigo 23 - A apuração de responsabilidade por infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de advertência e multa, previstas nos incisos I e II do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá em processo administrativo simplificado, a ser conduzido por agente público designado pelo Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

§ 1º - A intimação conterá, no mínimo:

1. a descrição dos fatos imputados;
2. o dispositivo pertinente à infração;
3. a identificação do proponente, do detentor da ata de registro de preços, do contratado ou dos elementos pelos quais se possa identificá-los; e
4. os efeitos da revelia.

§ 2º - Faculta-se a defesa do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 3º - No processo administrativo simplificado fica dispensada a manifestação da Assessoria Jurídica da Pasta, exceto se houver dúvida jurídica específica.

§ 4º - O relatório final conclusivo, a ser remetido ao Diretor Executivo, para julgamento, deverá:

1. descrever sucintamente os fatos imputados;
2. informar os dispositivos legais e regulamentares infringidos;
3. indicar as penas a que está sujeito o infrator;
4. relacionar as peças principais dos autos;
5. conter a análise das manifestações da defesa; e
6. indicar as provas que fundamentaram a conclusão, fazendo-se referência aos documentos do processo em que se encontram.

§ 5º - Caso identificada, no curso do processo administrativo simplificado, a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será instaurado o processo de responsabilização.

### **SEÇÃO II - DO PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO**

Artigo 24 - A apuração de responsabilidade por infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá por meio do processo de responsabilização de que trata o artigo 158 do mesmo diploma legal, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc.

§ 1º - O ato de instauração do processo será subscrito pelo Diretor Executivo e deverá constar:

1. os fatos que ensejam a apuração;
2. o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;
3. a identificação do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do

contratado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-los; e

4. na hipótese do § 2º deste artigo, a identificação dos administradores ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§ 2º - Quando a personalidade jurídica for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos, poderá ser desconsiderada, nos termos do artigo 160 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 25 - A Comissão Processante será composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis ou empregados públicos, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos.

§ 1º - No caso de a Comissão Processante ser composta por empregados públicos, estes deverão ter, preferencialmente, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º - A Comissão Processante, diante de elementos que possam ensejar a responsabilização de terceiros, deve solicitar a abertura de processo contra eles ou o aditamento do ato de instauração do processo de responsabilização em curso, remetendo-se os autos ao Diretor Executivo, para apreciação.

§ 3º - Se no curso da instrução surgirem elementos novos não descritos no ato de instauração de processo de apuração de responsabilidade, a Comissão Processante solicitará a instauração de novo processo ou o aditamento do ato de instauração do processo de responsabilização em curso, remetendo-se os autos ao Diretor Executivo, para apreciação.

Artigo 26 - Instaurado o processo, ou aditado o ato de instauração, a Comissão Processante dará impulso ao processo, intimando os acusados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita e especificarem as provas que pretendam produzir.

§ 1º - Quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

§ 2º - Serão indeferidas pela Comissão Processante, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - A Comissão Processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual, por intermédio do Diretor Executivo.

§ 4º - Da decisão de que trata o § 2º deste artigo, no curso da instrução, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 5º - Se não houver retratação, o pedido de reconsideração se converterá em recurso, que ficará retido e será apreciado quando do julgamento do processo.

Artigo 27 - Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação.

Artigo 28 - Transcorrido o prazo previsto no artigo 27, a Comissão Processante elaborará relatório:

I - mencionando os fatos imputados;

II - informando os dispositivos legais e regulamentares infringidos;

III - descrevendo as penas a que está sujeito o infrator;

IV - relacionando as peças principais dos autos;

V - analisando as manifestações da defesa;

VI - indicando as provas que fundamentaram a conclusão, fazendo-se referência aos documentos do processo onde se encontram;

VII - propondo ao Diretor Executivo, em sendo o caso, a remessa de cópia do processo a outro órgão, como Ministério Público, Polícia, etc., para as providências de suas respectivas alçadas.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à responsabilidade do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado e informará, quando for o caso, se houve danos aos cofres públicos, sugerindo ao Diretor Executivo a remessa de cópia do processo ao setor competente, para as providências cabíveis.

§ 2º - O relatório poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas

quanto à autoria e ou materialidade.

§ 3º - O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

§ 4º - O processo administrativo, com o relatório da Comissão Processante e manifestação da Assessoria Jurídica da FF, será remetido para deliberação do Diretor Executivo.

§ 5º - A Comissão Processante ficará à disposição do Diretor Executivo para qualquer esclarecimento necessário.

§ 6º - Proferido o julgamento, encerram-se as atividades da Comissão Processante.

Artigo 29 - Será admitida no processo de apuração de responsabilidade o compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo administrativo, caso em que, após a juntada nos autos, será dada oportunidade ao acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis, contados de sua intimação.

Parágrafo único - O pedido para compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo será feito pela Comissão Processante ao Diretor Executivo.

Artigo 30 - No caso de indícios de falsidade documental apresentado no curso da instrução, a Comissão Processante intimará o acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis, contados de sua intimação.

§ 1º - A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.

§ 2º - Caso a apresentação de declaração ou documento falso for a causa principal do processo de apuração de responsabilidade não se aplica o disposto no caput e § 1º deste artigo.

### **SEÇÃO III - DA REVELIA E DOS RECURSOS**

Artigo 31 - Se o interessado, regularmente notificado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar o processo, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas nos autos.

§ 1º - Na notificação do interessado deve constar advertência relativa aos efeitos da revelia de que trata o caput deste artigo.

§ 2º - O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Artigo 32 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, previstas nos incisos I, II e III do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo único - O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do parágrafo único do artigo 166 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 33 - Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, nos termos do artigo 167 da referida norma.

Artigo 34 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 35 - Na contagem dos prazos para defesa, alegações finais, recurso e pedido de reconsideração, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de horário de expediente normal na Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO**

Artigo 36 - O processo administrativo instaurado para acompanhar a execução do contrato deve conter elementos claros, objetivos e suficientes para embasar eventual aplicação de sanções à contratada, competindo ao fiscal do contrato:

I - exigir o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato e em seus anexos, inclusive as obrigações acessórias;

II - receber o objeto em conformidade com o artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

IV - elaborar relatório de vistoria, se necessário;

V - notificar a contratada sobre eventuais irregularidades identificadas;

VI - esclarecer eventuais dúvidas administrativas e técnicas, desde que dentro de sua esfera de atribuições;

VII - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VIII - realizar a avaliação dos serviços executados, quando prevista;

IX - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletivo de segurança do trabalho;

X - manter contato com o preposto da contratada;

XI - emitir nota técnica ou informativa sobre alterações contratuais;

XII - comunicar a autoridade competente sobre eventual inexecução parcial ou total das obrigações contratuais, inclusive as acessórias, informando:

a) qual foi o ato praticado;

b) quando ocorreu;

c) as consequências decorrentes, inclusive se gerou prejuízo ou transtorno à Administração; d) se o ato igual ou semelhante já foi praticado anteriormente.

XIII - manifestar-se sobre a eficácia do contrato com relação às necessidades da Administração, propondo formas de aperfeiçoamento:

XIV - no caso de obras e serviços de engenharia;

a) manter atualizados os projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU;

b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XV - no caso de serviços com dedicação exclusiva da mão de obra, verificar o cumprimento a seguintes obrigações:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do empregador e dos empregados;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a GFIP, FGTS, etc.;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato; e

l) quando da extinção da contratação, verificar o pagamento das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho. XVI -

outras atividades compatíveis com a função.

## **CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 37 - A contagem do prazo de entrega do objeto da contratação será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomada, se rejeitado, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 38 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no sítio eletrônico [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), ou outro sistema que o venha a substituir, e nos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual.

Artigo 39 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis sobre licitações e contratos, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na última norma.

Artigo 40 - Cópia desta portaria deverá integrar, como anexo, os editais de licitação, bem como os avisos e instrumentos de contratação direta. Parágrafo único - Os termos de referência elaborados pelas áreas técnicas, quando necessários, deverão informar a aplicação da presente portaria às respectivas contratações.

Artigo 41 - Quanto às omissões desta portaria, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 42 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

§ 1º - Os instrumentos que tenham sido celebrados durante a vigência da Resolução SIMA nº 30, de 10 de maio de 2019, continuarão a ser regidos por ela.

§ 2º - Os instrumentos celebrados/publicados sob a regência da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, porém anteriores à publicação desta portaria, serão regidos pelos termos previstos nos respectivos instrumentos convocatórios ou termos de referência.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**RODRIGO LEVKOVICZ**

Diretor Executivo

## **ANEXO IV - MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA**

<b>Item</b>	<b>CadMat</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
		<b>Bota para fiscalização:</b> Couro do Cabedal: Confeccionado em couro bovino legítimo, com espessura de 1,7 mm a 2,2 mm, na cor preta e hidrofugado, isento de marcas de parasitas como bernes e carrapatos, riscos provocados por cerca de arame farpado e marcas de fogo.				

Item	CadMat	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
1	614950	<p>Gáspea: Confeccionada em couro bovino de primeira qualidade, forrada com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>Cano: Em couro bovino de primeira qualidade. Com detalhes em couro tipo napa. Dublado com espuma de alta performance, espuma de 15mm (+/-5%) densidade 60 (+/-5%), forrada com tecido em poliéster e poliamida, ligado a gáspea e a taloneira através de costuras duplas.</p> <p>Altura do cano: A altura do cano deverá ser medida do lado externo do calçado entre o ponto mais baixo do solado e o ponto mais alto cano. Sendo de 24 a 28 cm para o nr°.40 devendo aumentar ou diminuir conforme a numeração.</p> <p>Taloneira: Em couro bovino de primeira qualidade, ligado ao cano e gáspea através de costuras duplas.</p> <p>Passadores/Ganchos: Em nylon sendo cinco pares na parte inferior tipo passadores e três pares na parte superior em gancho de engate rápido, sendo fixados através de rebites.</p> <p>Parte superior (colarinho): Acolchoado com espuma de PU de alta qualidade, revestido na parte externa em lona cordura e na parte interna com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>Língua: Tipo morcego fechada até a altura do gancho de travamento, em lona cordura, dublada com espuma de PU forrada com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>Forração: Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Com tratamento antimicrobiano que inibe a proliferação dos fungos e bactérias responsáveis pelos maus odores nos tecidos.</p> <p>AVESSE SUADOR: Composto em microfibra sem tingimento e costurado ao forro.</p> <p>Palmilha de montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.</p> <p>** Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;</p> <p>- Válvulas de respiro: Na lateral interna de cada pé, área do enfraque, haverá duas válvulas de respiro.</p> <p>- Contraforte interno: Confeccionados em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, anti-impacto de alta durabilidade; Constituído por uma lâmina de resina polimérica, Contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão.</p> <p>- Palmilha de limpeza: Palmilha dupla camada confortável e anti</p>	Par	1.000	R\$	R\$

Item	CadMat	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
		<p>perfurável, removível, composta por uretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm. Na parte inferior, composta por material de fibras de aramida, anti perfuro, com resistência de 1100N contra perfurações, conforme comprovação de laudo técnico.</p> <p>- Proporciona Alta maciez, elasticidade, conforto em toda extensão dos pés com excelente memória, anti perfuro e resistência a deformação.</p> <p>Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.</p> <p>Aviamentos: As peças deverão ser unidas com duas costuras duplas, em linhas de poliamida de alta tenacidade; Espessura mínima da linha 30 na parte superior e mínima de 40 na inferior.</p> <p>Atacador: Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;</p> <p>Bico: Confeccionado em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, leve e resistente.</p> <p>SISTEMA DE MONTAGEM:</p> <p>Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;</p> <p>Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha.</p> <p>Cabedal e solado unidos através de colagem térmica; A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;</p> <p>MASSA DA BOTA: Igual ou inferior a 680g o pé número 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.</p> <p>EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; Coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.</p> <p>Requisitos Normativos: Conforme normas NBR ISO 20344 e NBR ISO 20345.</p> <p>Numeração Disponível: Do número 34 ao 50.</p>				

Item	CadMat	Maraca/Modelo: _____	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
			<p><b>Bota para trilhas e monitoramento:</b></p> <p>Finalidade: Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo.</p> <p>Estrutura Geral: Tipo: Tênis de trilha (trail), unissex</p> <p>Peso máximo por pé (nº 41): 500g</p> <p>Cano: baixo com colar acolchoado,</p> <p>Flexibilidade: Solado flexível, porém resistente a torções,</p> <p>Design: Anatômico, com reforço em áreas de maior atrito,</p> <p>Finalidade: Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo.</p> <p>Cabedal: Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster e espessura 1.8 mm, para melhor respiração e conforto, com detalhes em microfibra de alta qualidade, na cor coyote ou preta.</p> <p>Sobrebiqueira na parte frontal em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, na região intermediária da sobre-biqueira, sobre a gáspea deverá possuir um microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster da gáspea, o microfilme deverá seguir o contorno da sobre-biqueira e arremate final deverá ir até a área do enfranque do calçado;</p> <p>Gáspea - Em em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, de primeira qualidade, com reforço interno acolchoado, forrada com tecido respirável composto por poliéster e poliamida.</p> <p>Cano: Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, com detalhes em microfibra de alta qualidade.</p> <p>Na região intermediária do calçado em ambos os lados dos pés, dentre taloneira e ferradura de fixação dos passadores, deverá possuir uma fita gorgurão de alta tenacidade fixada por costuras na transversal para melhor estruturação dos canos, nas laterais da fita haverá microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster do cano, o microfilme deverá seguir até a base da taloneira, contornando-a para melhor resistência a atritos traseiros.</p> <p>Altura do Cano: Entre 14 cm e 19 cm para o número 40, devendo</p>				

Item	CadMat	variar proporcionalmente conforme a numeração. <b>Especificação</b>	Unidade	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
2	262296	<p>Taloneira: cobrindo a traseira do calçado do mesmo material da sobre-biqueira, sendo composto em polímero elastômero e ou plastisolv com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, estruturada para garantir firmeza ao calcanhar e auxiliar na estabilidade.</p> <p>Passadores e Ganchos: Com 6 linhas de passadores sendo 4 linhas de passadores fechados em nylon anti ferrugem e 2 linhas de ganchos saque rapido em nylon anti ferrugem, todos fixados através de rebites.</p> <p>Colarinho (parte superior do cano): Acolchoado revestidos material sintético P.U de alta performance, com enchimento em espuma de polietileno de células fechadas e internamente com malha de poliéster com tratamento antibacteriano.</p> <p>Língua (Língua tipo fole /morcego): Modelo fechado até a altura dos ganchos. Confeccionada em tecido RIP STOP com dublagem em espuma de PU e forro interno em poliéster respirável. Evita entrada de detritos e umidade.</p> <p>Forração Interna: Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Alta respirabilidade, mantendo o conforto térmico e controle da umidade interna.</p> <p>AVESSO SUADOR: Composto em microfibra sem tingimento e costurado ao forro.</p> <p>Palmilha de Montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.</p> <p>**Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;</p> <p>Palmilha de Limpeza (Conforto): Palmilha dupla camada confortável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm.</p> <p>Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.</p> <p>Atacador Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;</p> <p>SISTEMA DE MONTAGEM:</p>	Par	1.000	R\$	R\$

Item	CadMat	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
		<p>Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;</p> <p>Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha. Cabedal e solado unidos através de colagem térmica;</p> <p>A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;</p> <p>MASSA DA BOTA: Igual ou inferior a 480g o pé numero 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.</p> <p>EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.</p> <p><b>Maraca/Modelo:</b> _____</p>				
		<p><b>Bota Antichamas:</b></p> <p>Bota multiuso de bombeiro 100% a prova d'água.</p> <p>Couro do Cabedal: vaqueta lisa antichama, hidrofugada, na cor preta curtida ao cromo, com espessura entre 1,8 e 2,0 mm.</p> <p>Forro: Meiao 100% impermeável e com suas costuras seladas com fita adesiva de PU para garantir vedação total.</p> <p>Lingueta: Fole confeccionado em napa couro antichama, espessura de 1,0 a 1,2 mm, cor preta, acolchoamento interno de 10 mm e forro também em napa couro anti chamas.</p> <p>Colarinho: Produzido em napa couro antichama, com espessura de 1,0 a 1,2 mm, na cor preta e acolchoado com espuma de PU de 10 mm.</p> <p>Contraforte: Fabricado em material termoplástico, com espessura de 1,5 mm.</p> <p>Linha de Costura: Linha de nylon 30, na cor cinza.</p> <p>Biqueira: Bico de composite, resistente a impacto de até 200J, conforme NBR ISO 20344 (maior proteção a queda de objetos).</p> <p>Taloneira: Equipado com peça refletiva com intensidade mínima de 1000 candelas, com dimensões: 25 mm (largura) x 15 mm (altura), garantindo visibilidade noturna.</p> <p>Altura do Cano: Altura mínima de 22 cm. Proporciona proteção adicional contra queimaduras e cortes em áreas críticas, atendendo às exigências operacionais da função de bombeiro.</p> <p>Palmilha de Montagem: Confeccionada com múltiplas camadas de</p>				

Item	CadMat	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
3	292383	<p>100% poliéster, com trato de cerâmica de alta tenacidade e espessura de 3,5 mm (+/-0,2 mm), não metálica e resistente à perfuração de até 1100N. Protege 100% da superfície plantar do pé.</p> <p>Palmilha Higiênica: Feita de EVA termo conformado, na cor preta, com acabamento em tecido 500, espessura de 3 mm. Pode ser utilizada simultaneamente como palmilha de montagem e de proteção, cobrindo integralmente a planta do pé.</p> <p>Solado: Monodensidade em borracha nitrílica com resistência a altas temperatura (300°C). O solado deve ser vulcanizado e injetado diretamente no cabedal, sendo constituído por ranhuras especiais que possibilite maior estabilidade ao caminhar e subir escadas.</p> <p>Solado bi densidade em PU e borracha bicomponente.</p> <p>Primeira camada: poliuretano injetado diretamente no cabedal, com densidade de 0,4 g/cm<sup>3</sup> (macia e leve).</p> <p>Segunda camada: borracha nitrílica resistente a até 300 °C.</p> <p>Ranhuras com 5 mm de profundidade e 6 mm de largura.</p> <p><b>Laudos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento a norma técnica NBR ISO20344 – 20345;</li> <li>- Atendimento a norma EN15090/12 – simbologias</li> <li>- Calçado tipo 2 – F2A - HI2 – SR;</li> <li>- CERTIFICADO DE APROVAÇÃO: deverá ser apresentado C.A do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando que o calçado seja do TIPO BOTA PARA USO NO COMBATE A INCÊNDIO.</li> </ul> <p>Meião 100% a prova d'água, confeccionado em tecido não tecido em poliéster na cor preta com membrana de poliuretano (PU) 10.</p> <p><b>Marca/Modelo:</b> _____</p>	Par	1.500	R\$	R\$
					<b>Valor Total</b>	

- Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas nos Anexos I e I.1, do Edital de Licitação.

- Declaro que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

- Local da Entrega: Fundação Florestal. Av. Prof. Frederico Hermann Júnior 345 – Prédio 12, 1º andar - Pinheiros. São Paulo SP.

- Contato para prévio agendamento da entrega por meio de correio eletrônico Eduardo (almoxarifado@fflorestal.sp.gov.br). Telefone: 11 2997 5000.

- O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias úteis, contados da

emissão de cada ordem de fornecimento, podendo ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, nos termos da Ata de Registro de Preços.

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Responsáveis pelo contrato: \_\_\_\_\_

Responsáveis para contato: \_\_\_\_\_

Telefones: \_\_\_\_\_

E-mails: \_\_\_\_\_

Agência Bancária: \_\_\_\_\_

Conta Bancária: \_\_\_\_\_

Local, na data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

## **ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO**

### **ANEXO V.1**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

#### **(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 262.00001644/2026-08, Processo nº 93005/2026, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

## ANEXO V.2

### DECLARAÇÃO SOBRE REGIME TRIBUTÁRIO E RETENÇÕES APLICÁVEIS (EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefones: \_\_\_\_\_  
E-mails: \_\_\_\_\_

Prezados (as),

Em cumprimento às exigências do Pregão Eletrônico nº 93005/2026, Processo nº 262.00001644/2026-08, referente à contratação para prestação de serviços ou fornecimento de bens, declaramos, para os devidos fins, que a empresa

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, adota o seguinte regime tributário:

- ( ) Lucro Real
- ( ) Lucro Presumido
- ( ) Simples Nacional – com retenções obrigatórias
- ( ) Simples Nacional – com isenção de retenções, conforme disposto no §1º do art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012

Adicionalmente, declaramos que:

- Estamos cientes das retenções tributárias aplicáveis (INSS, IRRF, CSRF – PIS/COFINS/CSLL, ISS), conforme previsto na legislação vigente, notadamente na IN RFB nº 1.234/2012, IN RFB nº 971/2009, Lei nº 10.833/2003, Lei nº 9.430/1996, Lei Complementar nº 116/2003 e demais normativos correlatos;

- Em caso de isenção de alguma retenção, nos comprometemos a apresentar os documentos comprobatórios exigidos para cada caso, inclusive a Declaração de Inaplicabilidade de Retenção, se aplicável;

- Nos responsabilizamos pela veracidade das informações prestadas nesta declaração, estando cientes de que qualquer omissão ou erro poderá ensejar glosa, retenção ou responsabilização conforme a legislação vigente.

Local, data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

## ANEXO VI - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

## FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO SÃO PAULO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93005/2026

A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, com sede na Avenida Professor Hermann Junior, 345, Alto de Pinheiros – São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.825.110/0001-47, neste ato representada pelo Senhor RODRIGO LEVKOVICZ - Diretor Executivo, publicado no DOE de 25 de abril de 2024, portador do RG nº 28.155.493 SSP/SP e do CPF nº 295.691.718-80, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 262.00001644/2026-08, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este.

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação/aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) (bota) e itens correlatos destinados ao atendimento das necessidades operacionais das brigadas da Fundação Florestal, incluindo brigadistas temporários convocados para atuação nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 9300X/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Representante: \_\_\_\_\_  
Telefones: \_\_\_\_\_  
E-mails: \_\_\_\_\_

Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	-----------------	---------	------------	-------------------	----------------

Item	Bota para fiscalização: Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	<p>Couro do Cabedal: Confeccionado em couro bovino legítimo, com espessura de 1,7 mm a 2,2 mm, na cor preta e hidrofugado, isento de marcas de parasitas como bernes e carrapatos, riscos provocados por cerca de arame farpado e marcas de fogo.</p> <p>Gáspea: Confeccionada em couro bovino de primeira qualidade, forrada com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>Cano: Em couro bovino de primeira qualidade. Com detalhes em couro tipo napa. Dublado com espuma de alta performance, espuma de 15mm (+/-5%) densidade 60 (+/-5%), forrado com tecido em poliéster e poliamida, ligado a gáspea e a taloneira através de costuras duplas.</p> <p>Altura do cano: A altura do cano deverá ser medida do lado externo do calçado entre o ponto mais baixo do solado e o ponto mais alto do cano. Sendo de 24 a 28 cm para o nº.40 devendo aumentar ou diminuir conforme a numeração.</p> <p>Taloneira: Em couro bovino de primeira qualidade, ligado ao cano e gáspea através de costuras duplas.</p> <p>Passadores/Ganchos: Em nylon sendo cinco pares na parte inferior tipo passadores e três pares na parte superior em gancho de engate rápido, sendo fixados através de rebites.</p> <p>Parte superior (colarinho): Acolchoado com espuma de PU de alta qualidade, revestido na parte externa em lona cordura e na parte interna com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>Língua: Tipo morcego fechada até a altura do gancho de travamento, em lona cordura, dublada com espuma de PU forrada com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>Forração: Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Com tratamento antimicrobiano que inibe a proliferação dos fungos e bactérias responsáveis pelos maus odores nos tecidos.</p> <p>AVESSE SUADOR: Composto em microfibra sem tingimento e costurado ao forro.</p> <p>Palmilha de montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.</p> <p>** Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não</p>					

Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;</p> <p>- Válvulas de respiro: Na lateral interna de cada pé, área do enfranque, haverá duas válvulas de respiro.</p> <p>- Contraforte interno: Confeccionados em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, anti-impacto de alta durabilidade; Constituído por uma lâmina de resina polimérica, Contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão.</p> <p>- Palmilha de limpeza: Palmilha dupla camada confortável e anti-perfurável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm. Na parte inferior, composta por material de fibras de aramida, anti perfuro, com resistência de 1100N contra perfurações, conforme comprovação de laudo técnico.</p> <p>- Proporciona Alta maciez, elasticidade, conforto em toda extensão dos pés com excelente memória, anti perfuro e resistência a deformação.</p> <p>Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.</p> <p>Aviamentos: As peças deverão ser unidas com duas costuras duplas, em linhas de poliamida de alta tenacidade; Espessura mínima da linha 30 na parte superior e mínima de 40 na inferior.</p> <p>Atacador: Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;</p> <p>Bico: Confeccionado em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, leve e resistente.</p> <p>SISTEMA DE MONTAGEM:</p> <p>Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termoreativado a base de polioliol e isocianato, de alta resistência;</p> <p>Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha.</p> <p>Cabedal e solado unidos através de colagem térmica; A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base</p>		Par	1.000	R\$	R\$

Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	<p>de poliol e isocianato, de alta resistência;</p> <p>MASSA DA BOTA: Igual ou inferior a 680g o pé numero 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.</p> <p>EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; Coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.</p> <p>Requisitos Normativos: Conforme normas NBR ISO 20344 e NBR ISO 20345.</p> <p>Numeração Disponível: Do número 34 ao 50.</p>					
	<p><b>Bota para trilhas e monitoramento:</b></p> <p>Finalidade: Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo.</p> <p>Estrutura Geral: Tipo: Tênis de trilha (trail), unissex</p> <p>Peso máximo por pé (nº 41): 500g</p> <p>Cano: baixo com colar acolchoado,</p> <p>Flexibilidade: Solado flexível, porém resistente a torções,</p> <p>Design: Anatômico, com reforço em áreas de maior atrito,</p> <p>Finalidade: Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo.</p> <p>Cabedal: Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster e espessura 1.8 mm, para melhor respiração e conforto, com detalhes em microfibra de alta qualidade, na cor coyote ou preta.</p> <p>Sobrebiqueira na parte frontal em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, na região intermediária da sobre-biqueira, sobre a gáspea deverá possuir um microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster da gáspea, o microfilme deverá seguir o contorno da sobre-biqueira e arremate final deverá ir até a área do enfranque do calçado;</p> <p>Gáspea - Em em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, de primeira qualidade, com reforço interno acolchoado, forrada com</p>					

Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	<p>tecido respirável composto por poliéster e poliamida.</p> <p>Cano: Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, com detalhes em microfibras de alta qualidade.</p> <p>Na região intermediária do calçado em ambos os lados dos pés, dentre taloneira e ferradura de fixação dos passadores, deverá possuir uma fita gorgurão de alta tenacidade fixada por costuras na transversal para melhor estruturação dos canos, nas laterais da fita haverá microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster do cano, o microfilme deverá seguir até a base da taloneira, contornando-a para melhor resistência a atritos traseiros.</p> <p>Altura do Cano: Entre 14 cm e 19 cm para o número 40, devendo variar proporcionalmente conforme a numeração.</p> <p>Taloneira: cobrindo a traseira do calçado do mesmo material da sobre-biqueira, sendo composto em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, estruturada para garantir firmeza ao calcanhar e auxiliar na estabilidade.</p> <p>Passadores e Ganchos: Com 6 linhas de passadores sendo 4 linhas de passadores fechados em nylon anti ferrugem e 2 linhas de ganchos saque rápido em nylon anti ferrugem, todos fixados através de rebites.</p> <p>Colarinho (parte superior do cano): Acolchoado revestidos material sintético P.U de alta performance, com enchimento em espuma de polietileno de células fechadas e internamente com malha de poliéster com tratamento antibacteriano.</p> <p>Língua (Língua tipo fole /morcego): Modelo fechado até a altura dos ganchos. Confeccionada em tecido RIP STOP com dublagem em espuma de PU e forro interno em poliéster respirável. Evita entrada de detritos e umidade.</p> <p>Forração Interna: Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Alta respirabilidade, mantendo o conforto térmico e controle da umidade interna.</p> <p>AVESSE SUADOR: Composto em microfibras sem tingimento e costurado ao forro.</p> <p>Palmilha de Montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.</p>		Par	1.000	R\$	R\$

Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	<p>**Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;</p> <p>Palmilha de Limpeza (Conforto): Palmilha dupla camada confortável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm.</p> <p>Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.</p> <p>Atacador Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;</p> <p>SISTEMA DE MONTAGEM:</p> <p>Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termoreativado a base de poliol e isocianato, de alta resistência;</p> <p>Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha. Cabedal e solado unidos através de colagem térmica;</p> <p>A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termoreativado a base de poliol e isocianato, de alta resistência;</p> <p>MASSA DA BOTA: Igual ou inferior a 480g o pé número 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.</p> <p>EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.</p>					
	<p><b>Bota Antichamas:</b></p> <p>Bota multiuso de bombeiro 100% a prova d'água.</p> <p>Couro do Cabedal: vaqueta lisa antichama, hidrofugada, na cor preta curtida ao cromo, com espessura entre 1,8 e 2,0 mm.</p> <p>Forro: Meiao 100% impermeável e com suas costuras seladas com fita adesiva de PU para garantir vedação total.</p> <p>Lingueta: Fole confeccionado em napa couro antichama, espessura</p>					

Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	<p>de 1,0 a 1,2 mm, cor preta, acolchoamento interno de 10 mm e forro também em napa couro anti chamas.</p> <p>Colarinho: Produzido em napa couro antichama, com espessura de 1,0 a 1,2 mm, na cor preta e acolchoado com espuma de PU de 10 mm.</p> <p>Contraforte: Fabricado em material termoplástico, com espessura de 1,5 mm.</p> <p>Linha de Costura: Linha de nylon 30, na cor cinza.</p> <p>Biqueira: Bico de composite, resistente a impacto de até 200J, conforme NBR ISO 20344 (maior proteção a queda de objetos).</p> <p>Taloneira: Equipado com peça refletiva com intensidade mínima de 1000 candelas, com dimensões: 25 mm (largura) x 15 mm (altura), garantindo visibilidade noturna.</p> <p>Altura do Cano: Altura mínima de 22 cm. Proporciona proteção adicional contra queimaduras e cortes em áreas críticas, atendendo às exigências operacionais da função de bombeiro.</p> <p>Palmilha de Montagem: Confeccionada com múltiplas camadas de 100% poliéster, com trato de cerâmica de alta tenacidade e espessura de 3,5 mm (+/-0,2 mm), não metálica e resistente à perfuração de até 1100N. Protege 100% da superfície plantar do pé.</p> <p>Palmilha Higiênica: Feita de EVA termo conformado, na cor preta, com acabamento em tecido 500, espessura de 3 mm. Pode ser utilizada simultaneamente como palmilha de montagem e de proteção, cobrindo integralmente a planta do pé.</p> <p>Solado: Monodensidade em borracha nitrílica com resistência a altas temperatura (300°C). O solado deve ser vulcanizado e injetado diretamente no cabedal, sendo constituído por ranhuras especiais que possibilite maior estabilidade ao caminhar e subir escadas.</p> <p>Solado bi densidade em PU e borracha bicomponente.</p> <p>Primeira camada: poliuretano injetado diretamente no cabedal, com densidade de 0,4 g/cm³ (macia e leve).</p> <p>Segunda camada: borracha nitrílica resistente a até 300 °C.</p> <p>Ranhuras com 5 mm de profundidade e 6 mm de largura.</p> <p><b>Laudos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento a norma técnica NBR ISO20344 – 20345;</li> <li>- Atendimento a norma EN15090/12 – simbologias</li> <li>- Calçado tipo 2 – F2A - HI2 – SR;</li> <li>- CERTIFICADO DE APROVAÇÃO: deverá ser apresentado C.A do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando que o calçado seja do TIPO BOTA PARA USO NO COMBATE A INCÊNDIO.</li> </ul> <p>Meião 100% a prova d'água, confeccionado em tecido não tecido</p>		Par	1.500	R\$	R\$

Item	em poliéster na cor preta com membrana de poliuretano (PU) 10.	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	Valor
	Especificação	Modelo			Unitário	Total
					VALOR	TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A fase de apresentação de amostra(s), quando houver, e a habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor

estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no

item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;

b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for penalizado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar

contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) via(s), que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

PELA CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_  
Rodrigo Levkovicz  
Diretor Executivo  
CPF. 295.691.718-80 - RG. 28.155.493-6

\_\_\_\_\_  
Isaias José de Oliveira Filho  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF. 047.999.378-55 - RG. 12.456.876

PELA CONTRATADA:

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante Legal  
CPF. XXXXX - RG. XXXXXX – SSP/SP

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Markos Vinicius Trevisan  
Responsável pelo Setor de Licitações e Credenciamento  
CPF. 349.707.378-43 - RG. 40.598.841-2 – SSP/SP

\_\_\_\_\_  
Mauro Ivo Martins Quaresma Filho  
Analista Ambiental  
CPF. 364.871.631-04 - RG. 55.486.827-1 – SSP/SP

## **ANEXO VI.1 - CADASTRO DE RESERVA**

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
---

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

## ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST.SP

# Termo de Referência - Calçados - SP SEM FOGO 11/2026

## Informações Básicas

**Número do artefato** UASG

11/2026

261101-ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST. SP

**Editado por**

 VERIDIANNA BESSA  
PENHALBER

**Atualizado em**

 27/02/2026 13:44 (v  
0.6)

**Status**

DISPONIBILIZADO

## Outras informações

**Categoria**

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

**Número da Contratação**
**Processo Administrativo**

262.00001644/2026-08

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição, por meio de Ata de Registro de Preços, de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e itens correlatos destinados ao atendimento das necessidades operacionais das brigadas da Fundação Florestal, incluindo brigadistas temporários convocados para atuação nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as subdivisões por itens que compõem este instrumento.

ITEM/GRUPO	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p><b>Bota para fiscalização:</b> Couro do Cabedal: Confeccionado em couro bovino legítimo, com espessura de 1,7 mm a 2,2 mm, na cor preta e hidrofugado, isento de marcas de parasitas como bernes e carrapatos, riscos provocados por cerca de arame farpado e marcas de fogo. Gáspea: Confeccionada em couro bovino de primeira qualidade, forrada com tecido em poliéster e poliamida. Cano: Em couro bovino de primeira qualidade. Com detalhes em couro tipo napa. Dublado com espuma de alta performance, espuma de 15mm (+/-5%) densidade 60 (+/-5%), forrado com tecido em poliéster e poliamida, ligado a gáspea e a taloneira através de costuras duplas. Altura do cano: A altura do cano deverá ser medida do lado externo do calçado entre o ponto mais baixo do solado e o ponto mais alto cano. Sendo de 24 a 28 cm para o nr°.40 devendo aumentar ou diminuir conforme a numeração. Taloneira: Em couro bovino de primeira qualidade, ligado ao cano e gáspea através de costuras duplas. Passadores/Ganchos: Em nylon sendo</p>						

1	<p>cinco pares na parte inferior tipo passadores e três pares na parte superior em gancho de engate rápido, sendo fixados através de rebites. Parte superior (colarinho): Acolchoado com espuma de PU de alta qualidade, revestido na parte externa em lona cordura e na parte interna com tecido em poliéster e poliamida. Língua: Tipo morcego fechada até a altura do gancho de travamento, em lona cordura, dublada com espuma de PU forrado com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>i) Forração: Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g /m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao enovelamento. Com tratamento antimicrobiano que inibe a proliferação dos fungos e bactérias responsáveis pelos maus odores nos tecidos.</p> <p>AVESSO SUADOR: Composto em microfibra sem tingimento e costurado ao forro. Palmilha de montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm ; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.</p> <p>**Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;</p> <p>Válvulas de respiro: Na lateral interna de cada pé, área do enfraque, haverá duas válvulas de respiro. Contraforte interno: Confeccionados em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, anti-impacto de alta durabilidade;</p> <p>Constituído por uma lâmina de resina polimérica, Contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão.</p> <p>Palmilha de limpeza: Palmilha dupla camada confortável e anti perfurável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm. Na parte inferior, composta por material de fibras de aramida, anti perfuro, com resistência de 1100N contra perfurações, conforme comprovação de laudo técnico.</p> <p>Proporciona Alta maciez, elasticidade, conforto em toda extensão dos pés com excelente memória, anti perfuro e resistência a deformação. Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal</p>	614950	2402394	PAR	1.000	R\$ 662,27	R\$ 993.410,00
---	---	--------	---------	-----	-------	------------	----------------

de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário. Aviaamentos: As peças deverão ser unidas com duas costuras duplas, em linhas de poliamida de alta tenacidade; Espessura mínima da linha 30 na parte superior e mínima de 40 na inferior. Atacador : Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada; Bico: Confeccionado em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, leve e resistente. SISTEMA DE MONTAGEM: Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência; Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha. Cabedal e solado unidos através de colagem térmica; A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência; MASSA DA BOTA : Igual ou inferior a 680g o pé numero 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais. EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; Coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.

**Bota para trilhas e monitoramento:**  
Finalidade: Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo. Estrutura Geral: Tipo: Tênis de trilha (trail), unissex Peso máximo por pé (nº 41): 500g Cano: baixo com colar acolchoado, Flexibilidade: Solado flexível, porém resistente a torções, Design: Anatômico, com reforço em áreas de maior atrito, Cabedal: Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster e espessura 1.8 mm, para melhor respiração e conforto, com detalhes em microfibra de alta qualidade, na cor coyote ou preta. Sobrebiqueira na parte frontal em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, na região intermediária da sobre-biqueira, sobre a gáspea deverá possuir um microfilme de

	<p>1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster da gáspea, o microfilme deverá seguir o contorno da sobre-biqueira e arremate final deverá ir até a área do enfranque do calçado; Gáspea - Em em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, de primeira qualidade, com reforço interno acolchoado, forrada com tecido respirável composto por poliéster e poliamida. Cano: Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, com detalhes em microfibras de alta qualidade. Na região intermediária do calçado em ambos os lados dos pés, dentre taloneira e ferradura de fixação dos passadores, deverá possuir um fita gorgurão de alta tenacidade fixada por costuras na transversal para melhor estruturação dos canos, nas laterais da fita haverá microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster do cano, o microfilme deverá seguir até a base da taloneira, contornando-a para melhor resistência a atritos traseiros. Altura do Cano: Entre 14 cm e 19 cm para o número 40, devendo variar proporcionalmente conforme a numeração. Taloneira: cobrindo a traseira do calçado do mesmo material da sobre-biqueira, sendo composto em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, estruturada para garantir firmeza ao calcanhar e auxiliar na estabilidade. Passadores e Ganchos: Com 6 linhas de passadores sendo 4 linhas de passadores fechados em nylon anti ferrugem e 2 linhas de ganchos saque rápido em nylon anti ferrugem, todos fixados através de rebites. Colarinho (parte superior do cano): Acolchoado revestidos material sintético P.U de alta performance, com enchimento em espuma de polietileno de células fechadas e internamente com malha de poliéster com tratamento antibacteriano. Língua (Língua tipo fole /morcego): Modelo fechado até a altura dos ganchos. Confeccionada em tecido RIP STOP com dublagem em espuma de PU e forro interno em poliéster respirável. Evita entrada de detritos e umidade. Forração Interna: Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Alta respirabilidade, mantendo o conforto térmico e controle da umidade interna. AVESSE SUADOR: Composto em microfibras sem tingimento e costurado ao forro. Palmilha de Montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado</p>						
2		262296	6516688	Par	1.000	R\$ 784,09	R\$ 1.176.130,00

com E.V.A 2mm ; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.

**\*\*Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;**

**Palmilha de Limpeza (Conforto):**  
 Palmilha dupla camada confortável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm.Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário. Atacador

Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;

**SISTEMA DE MONTAGEM:** Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência; Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha. abedal e solado unidos através de colagem térmica; A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência; **ASSA DA BOTA :** Igual ou inferior a 480g o pé numero 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.

**EMBALAGEM:** Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; oletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.

**Bota Antichamas** - Bota multiuso de bombeiro 100% a prova d'água. Couro do Cabedal: vaqueta lisa antichama, hidrofugada, na cor preta curtida ao cromo, com espessura entre 1,8 e 2,0 mm. orro: 0% impermeável e com suas costuras seladas com fita adesiva de PU para garantir vedação total. Lingueta: Fole confeccionado em napa couro antichama, espessura de 1,0 a 1,2 mm, cor preta, acolchoamento interno de 10

3	<p>mm e forro também em napa couro anti-chamas. Colarinho: Produzido em napa couro antichama, com espessura de 1,0 a 1,2 mm, na cor preta e acolchoado com espuma de PU de 10 mm.</p> <p>Contraforte: Fabricado em material termoplástico, com espessura de 1,5 mm. Linha de Costura: Linha de nylon 30, na cor cinza. Biqueira: Bico de composite, resistente a impacto de até 200J, conforme NBR ISO 20344 (maior proteção a queda de objetos). Taloneira: Equipado com peça refletiva com intensidade mínima de 1000 candelas, com dimensões: 25 mm (largura) x 15 mm (altura), garantindo visibilidade noturna. Altura do Cano: Altura mínima de 22 cm. Proporciona proteção adicional contra queimaduras e cortes em áreas críticas, atendendo às exigências operacionais da função de bombeiro. Palmilha de Montagem: Confeccionada com múltiplas camadas de 100% poliéster, com trato de cerâmica de alta tenacidade e espessura de 3,5 mm (+/-0,2 mm), não metálica e resistente à perfuração de até 1100N. Protege 100% da superfície plantar do pé. Palmilha Higiênica: Feita de EVA termo conformado, na cor preta, com acabamento em tecido 500, espessura de 3 mm. Pode ser utilizada simultaneamente como palmilha de montagem e de proteção, cobrindo integralmente a planta do pé. Solado: Monodensidade em borracha nitrílica com resistência a altas temperatura (300 °C). O solado deve ser vulcanizado e injetado diretamente no cabedal, sendo constituído por ranhuras especiais que possibilite maior estabilidade ao caminhar e subir escadas. Solado bi densidade em PU e borracha bicomponente. Primeira camada: poliuretano injetado diretamente no cabedal, com densidade de 0,4 g/cm³ (macia e leve). Segunda camada: borracha nitrílica resistente a até 300 °C. Ranhuras com 5 mm de profundidade e 6 mm de largura. Laudos:- Atendimento a norma técnica NBR ISO20344 – 20345;- Atendimento a norma EN15090 /12 – simbologias - Calçado tipo 2 – F2A - HI2 – SR;- CERTIFICADO DE APROVAÇÃO: deverá ser apresentado C.A do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando que o calçado seja do TIPO BOTA PARA USO NO COMBATE A INCÊNDIO. Meião 100% a prova d'água, confeccionado em tecido não tecido em poliéster na cor preta com membrana de poliuretano (PU) 10</p>	614123	6505813	PAR	1.500	R\$ 925,21	R\$1.387,820,00
---	--	--------	---------	-----	-------	------------	-----------------

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 84 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Garantia da contratação**

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Da exigência de amostra(s)**

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras de todos os itens previstos no item 5.5 e ss. deste Termo de Referência.

4.4. A(s) amostra(s) deverão ser entregue(s) no endereço Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345 - Pinheiros, São Paulo - SP, Prédio 12, 1º andar, no prazo limite de 2 (dois) dias úteis após o solicitado pela Administração, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5.1. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.6. Quando solicitados, os licitantes deverão disponibilizar, sem ônus para a Administração, manuais técnicos e demais informações necessárias à avaliação do produto.

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

#### **4.7.1 Disposições gerais**

4.7.1.1 As propostas serão julgadas quanto à conformidade técnica, observando-se o atendimento integral aos requisitos mínimos estabelecidos para cada item.

4.7.1.2 Serão desclassificadas as propostas que não comprovarem, de forma objetiva, o atendimento às especificações técnicas mínimas exigidas.

4.7.1.3 A comprovação do atendimento técnico deverá ser realizada por meio de catálogos, fichas técnicas, manuais do fabricante ou documentos equivalentes, em língua portuguesa ou inglesa.

4.7.1.4 Não serão aceitos equipamentos recondicionados, usados ou fora de linha.

**4.7.2. Os equipamentos a serem ofertados deverão seguir minimamente os requisitos descritos no item 5.5 e ss. que serão avaliados pela Administração quanto sua aderência.**

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso

#### **Garantia da contratação**

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão de cada ordem de fornecimento, podendo ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, nos termos da Ata de Registro de Preços.

5.2. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345 - Pinheiros, São Paulo - SP, Prédio 12, 1º andar.

5.3. Deverá ser realizada a entrega em horário comercial, das 08h00 às 17h00.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Características técnicas mínimas dos itens**

##### **5.5. Item 01: Bota para fiscalização**

- a. **Couro do Cabedal:** Confeccionado em couro bovino legítimo, com espessura de 1,7 mm a 2,2 mm, na cor preta e hidrofugado, isento de marcas de parasitas como bernes e carrapatos, riscos provocados por cerca de arame farpado e marcas de fogo.
- b. **Gáspea:** Confeccionada em couro bovino de primeira qualidade, forrada com tecido em poliéster e poliamida.
- c. **Canço:** Em couro bovino de primeira qualidade. Com detalhes em couro tipo napa. Dublado com espuma de alta performance, espuma de 15mm (+/- 5%) densidade 60 (+/-5%), forrado com tecido em poliéster e poliamida, ligado a gáspea e a taloneira através de costuras duplas.
- d. **Altura do canço:** A altura do canço deverá ser medida do lado externo do calçado entre o ponto mais baixo do solado e o ponto mais alto canço. Sendo de 24 a 28 cm para o nº.40 devendo aumentar ou diminuir conforme a numeração.
- e. **Taloneira:** Em couro bovino de primeira qualidade, ligado ao canço e gáspea através de costuras duplas.
- f. **Passadores/Ganchos:** Em nylon sendo cinco pares na parte inferior tipo passadores e três pares na parte superior em gancho de engate rápido, sendo fixados através de rebites.
- g. **Parte superior (colarinho):** Acolchoado com espuma de PU de alta qualidade, revestido na parte externa em lona cordura e na parte interna com tecido em poliéster e poliamida.
- h. **Língua:** Tipo morcego fechada até a altura do gancho de travamento, em lona cordura, dublada com espuma de PU forrado com tecido em poliéster e poliamida.
- i. **Forração:** Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Com tratamento antimicrobiano que inibe a proliferação dos fungos e bactérias responsáveis pelos maus odores nos tecidos. AVESSE SUADOR: Composto em microfibras sem tingimento e costurado ao forro.
- j. **Palmilha de montagem:** Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm ; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.\*\*Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;
  - i. **Válvulas de respiro:** Na lateral interna de cada pé, área do enfranque, haverá duas válvulas de respiro.
  - ii. **Contraforte interno:** Confeccionados em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, anti-impacto de alta durabilidade; Constituído por uma lâmina de resina polimérica, Contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão.
  - iii. **Palmilha de limpeza:** Palmilha dupla camada confortável e anti perfurável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm. Na parte inferior, composta por material de fibras de aramida, anti perfuro, com resistência de 1100N contra perfurações, conforme comprovação de laudo técnico.

- iv. Proporciona Alta maciez, elasticidade, conforto em toda extensão dos pés com excelente memória, anti perfuro e resistência a deformação.
- j. **Solado:** Bicomponente composto em sola de borracha nitrílica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.
- k. **Aviamentos:** As peças deverão ser unidas com duas costuras duplas, em linhas de poliamida de alta tenacidade; Espessura mínima da linha 30 na parte superior e mínima de 40 na inferior.
- k. **Atacador :** Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;
- l. **Bico:** Confeccionado em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, leve e resistente.
- m. **SISTEMA DE MONTAGEM:** Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioliol e isocianato, de alta resistência; Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha.
- n. Cabedal e solado unidos através de colagem térmica;
- o. A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioliol e isocianato, de alta resistência;
- p. **MASSA DA BOTA :** Igual ou inferior a 680g o pé número 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.
- q. **EMBALAGEM:** Cada par de botas deve ser acondicionado individualmente; embalagem deve conter: Indicação do tamanho; nome do fabricante de forma legível e em local visível; informações conforme artigo 31 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); instruções de uso, conservação, higienização e armazenamento. Coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.
- r. **Requisitos Normativos:** Conforme normas NBR ISO 20344 e NBR ISO 20345.
- s. **Numeração Disponível:** Do número 34 ao 50

## 5.6. Item 02: Bota para trilhas e monitoramento

### a. Estrutura Geral:

Tipo: Tênis de trilha (trail), unissex

Peso máximo por pé (nº 41): 500g

Cano: baixo com colar acolchoado

Flexibilidade: Solado flexível, porém resistente a torções

Design: Anatômico, com reforço em áreas de maior atrito

Finalidade: Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo.

- b. **Cabedal:** Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster e espessura 1.8 mm, para melhor respiração e conforto, com detalhes em microfibras de alta qualidade, na cor coyote ou preta. Sobrebiqueira na parte frontal em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, na região intermediária da sobre-biqueira, sobre a gáspea deverá possuir um microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster da gáspea, o microfilme deverá seguir o contorno da sobre-biqueira e arremate final deverá ir até a área do enfranque do calçado;
- c. **Gáspea - Em** RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, de primeira qualidade, com reforço interno acolchoado, forrada com tecido respirável composto por poliéster e poliamida.
- c. **Cano:** Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, com detalhes em microfibras de alta qualidade. Na região intermediária do calçado em ambos os lados dos pés, dentre taloneira e ferradura de fixação dos passadores, deverá possuir uma fita gorgurão de alta tenacidade fixada por costuras na transversal para melhor estruturação dos canos, nas laterais da fita haverá microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster do cano, o microfilme deverá seguir até a base da taloneira, contornando-a para melhor resistência a atritos traseiros.
- d. **Altura do Cano:** Entre 14 cm e 19 cm para o número 40, devendo variar proporcionalmente conforme a numeração.
- e. **Taloneira:** cobrindo a traseira do calçado do mesmo material da sobre-biqueira, sendo composto em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, estruturada para garantir firmeza ao calcanhar e auxiliar na estabilidade.
- f. **Passadores e Ganchos:** Com 6 linhas de passadores sendo 4 linhas de passadores fechados em nylon anti ferrugem e 2 linhas de ganchos saque rápido em nylon anti ferrugem, todos fixados através de rebites.
- g. **Colarinho (parte superior do cano):** Acolchoado revestidos material sintético P.U de alta performance, com enchimento em espuma de polietileno de células fechadas e internamente com malha de poliéster com tratamento antibacteriano.
- h. **Língua (Língua tipo fole/morcego):** Modelo fechado até a altura dos ganchos. Confeccionada em tecido RIP STOP com dublagem em espuma de PU e forro interno em poliéster respirável. Evita entrada de detritos e umidade.
- i. **Forração Interna:** Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Alta respirabilidade, mantendo o conforto térmico e controle da umidade interna. **AVESSO SUADOR:** Composto em microfibras sem tingimento e costurado ao forro.

- j. Palmilha de Montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dobrado e conformado com E.V.A 2mm ; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado. \*\*Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;
- k. Palmilha de Limpeza (Conforto): Palmilha dupla camada confortável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm.
- l. Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrílica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.
- m. Atacador Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;
- n. SISTEMA DE MONTAGEM: Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência; Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha.
- o. Cabedal e solado unidos através de colagem térmica;
- p. A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;
- q. MASSA DA BOTA : Igual ou inferior a 480g o pé número 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.
- r. EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; Coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte;

#### 5.7. Item 03: Bota Antichamas - Bota multiuso de bombeiro 100% a prova d'água.

- a. Couro do Cabedal: vaqueta lisa antichama, hidrofugada, na cor preta curtida ao cromo, com espessura entre 1,8 e 2,0 mm.
- b. Forro: Meião 100% a prova d'água, confeccionado em tecido não tecido em poliéster na cor preta com membrana de poliuretano (PU) 100% impermeável e com suas costuras seladas com fita adesiva de PU para garantir vedação total.
- c. Lingueta: Fole confeccionado em napa couro antichama, espessura de 1,0 a 1,2 mm, cor preta, acolchoamento interno de 10 mm e forro também em napa couro anti-chamas.
- d. Colarinho: Produzido em napa couro antichama, com espessura de 1,0 a 1,2 mm, na cor preta e acolchoado com espuma de PU de 10 mm.
- e. Contraforte: Fabricado em material termoplástico, com espessura de 1,5 mm.
- f. Linha de Costura: Linha de nylon 30, na cor cinza.
- g. Biqueira: Bico de composite, resistente a impacto de até 200J, conforme NBR ISO 20344 (maior proteção a queda de objetos).
- h. Taloneira: Equipado com peça refletiva com intensidade mínima de 1000 candelas, com dimensões: 25 mm (largura) x 15 mm (altura), garantindo visibilidade noturna.
- i. Altura do Cano: Altura mínima de 22 cm. Proporciona proteção adicional contra queimaduras e cortes em áreas críticas, atendendo às exigências operacionais da função de bombeiro.
- j. Palmilha de Montagem: Confeccionada com múltiplas camadas de 100% poliéster, com trato de cerâmica de alta tenacidade e espessura de 3,5 mm (+/-0,2 mm), não metálica e resistente à perfuração de até 1100N. Protege 100% da superfície plantar do pé.
- k. Palmilha Higiênica: Feita de EVA termo conformado, na cor preta, com acabamento em tecido 500, espessura de 3 mm. Pode ser utilizada simultaneamente como palmilha de montagem e de proteção, cobrindo integralmente a planta do pé.
- l. Solado: Monodensidade em borracha nitrílica com resistência a altas temperatura (300 °C). O solado deve ser vulcanizado e injetado diretamente no cabedal, sendo constituído por ranhuras especiais que possibilite maior estabilidade ao caminhar e subir escadas.
- m. Solado bi densidade em PU e borracha bicomponente. Primeira camada: poliuretano injetado diretamente no cabedal, com densidade de 0,4 g/cm³ (macia e leve). Segunda camada: borracha nitrílica resistente a até 300 °C. Ranhuras com 5 mm de profundidade e 6 mm de largura.
- n. Possui os seguintes autenticificações:

- Atendimento a norma técnica NBR ISO20344 – 20345;

- Atendimento a norma EN15090/12 – simbologias - Calçado tipo 2 – F2A - HI2 – SR

- CERTIFICADO DE APROVAÇÃO: deverá ser apresentado C.A do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando que o calçado seja do TIPO BOTA PARA USO NO COMBATE A INCÊNDIO.

#### 5.8. Numeração e Grade de Tamanhos

Os calçados e botas descritos nos acima deverão ser fornecidos em grade completa de numeração, compreendendo do número **33 ao 50**, observando padrão brasileiro de medidas.

A distribuição das numerações será realizada conforme demanda da Administração, devendo a contratada:

- Garantir disponibilidade integral da grade prevista durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
- Permitir fornecimento proporcional por numeração, conforme quantitativos solicitados em cada empenho;
- Assegurar padronização dimensional e fidelidade às medidas declaradas;
- Admitir variação proporcional nas dimensões estruturais (altura de cano, largura, forma e proporções anatômicas), conforme a numeração fornecida, mantendo as características técnicas exigidas.

A indisponibilidade de numeração solicitada será considerada descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
  - 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).
  - 6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).
  - 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).
  - 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).
  - 6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).
  - 6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).
- 6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).
- 6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).
- 6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).
- 6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados do contrato e do órgão contratante;
  - o período respectivo de execução do contrato;
  - o valor a pagar; e
  - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio

de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### **Qualificação Técnica**

- 8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

- 8.22.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

- 8.22.1.1. O atestado de capacidade técnica deverá ser no mínimo de 30% do quantitativo total do objeto a ser contratado.

- 8.22.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante

- 8.22.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

- 8.22.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ R\$ 3.557.360,00 (três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

- 10.2. A dotação orçamentária será indicada pelo Setor de Orçamento e Custos - SOC quando da emissão da Nota de Reserva (NR).

- 10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VERIDIANNA BESSA PENHALBER**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 13:44:41.*

ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST.SP

# Estudo Técnico Preliminar 37/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 262.00001644/2026-08

## 2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objeto a constituição de **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de botas operacionais**, classificadas como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinadas aos servidores, colaboradores e brigadistas da Fundação Florestal que exercem atividades de campo, nos termos do Plano de Contratações Anual e da legislação vigente.

A demanda decorre da necessidade de assegurar **condições adequadas de segurança, conforto, estabilidade e eficiência operacional**, considerando as especificidades das ações executadas em ambientes naturais, frequentemente de difícil acesso, nas quais se desenvolvem:

- fiscalizações ambientais;
- patrulhamentos ostensivos e preventivos;
- atividades de manejo e monitoramento;
- apoio logístico em Unidades de Conservação;
- abertura e manutenção de aceiros;
- combate direto a incêndios florestais.

Tais atividades expõem os agentes públicos a **riscos mecânicos, térmicos e ambientais**, incluindo terreno irregular, pedras, raízes, lama, inclinações acentuadas, risco de perfuração, torções, quedas, impacto de objetos, exposição a calor radiante, brasas, fagulhas e altas temperaturas.

Além do caráter protetivo, os calçados operacionais previstos devem atender a requisitos técnicos específicos, tais como:

- resistência térmica e mecânica compatível com atividades de combate a incêndio florestal;
- proteção contra perfuração e impacto;
- aderência e estabilidade em solo irregular;
- impermeabilidade ou resistência à umidade, conforme o modelo;
- ergonomia para uso prolongado em jornadas extensas;
- atendimento às normas técnicas aplicáveis e apresentação de Certificado de Aprovação (C.A.), quando exigido.

Ressalta-se que esses equipamentos sofrem **desgaste acelerado** em razão da exposição contínua a abrasão, umidade, variações climáticas intensas, contato com solo pedregoso e calor extremo, o que compromete progressivamente sua capacidade protetiva, exigindo reposições periódicas e substituições conforme a necessidade operacional.

Sob o prisma da economicidade e do interesse público, a adoção do **Sistema de Registro de Preços**, nos termos do artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, revela-se a solução mais adequada, pois permite:

- atendimento contínuo e descentralizado das demandas das diversas Unidades de Conservação;
- aquisições parceladas conforme disponibilidade orçamentária;
- reposição tempestiva de equipamentos danificados ou inutilizados;
- atendimento às convocações sucessivas de brigadistas temporários;

- mitigação do risco de superdimensionamento ou insuficiência de estoque.

Adicionalmente, a padronização dos calçados operacionais contribui para a **identificação visual das equipes**, reforçando a imagem institucional da Fundação Florestal, promovendo maior coesão entre os agentes de campo e fortalecendo a eficiência das ações integradas de fiscalização e resposta a emergências ambientais.

Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de garantir segurança ocupacional, eficiência operacional, continuidade do serviço público e uniformidade institucional, em observância aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e supremacia do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Proteção Ambiental	Adriano Candeiras de Almeida

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais e operacionais necessários ao fornecimento de **botas e calçados operacionais classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados aos servidores, colaboradores e brigadistas da Fundação Florestal, inclusive temporários convocados de forma contínua ao longo do exercício.

#### 4.1 Requisitos Técnicos dos Equipamentos

Os calçados e botas deverão:

- Ser adequados às atividades de fiscalização ambiental, patrulhamento, manejo, monitoramento e combate a incêndio florestal, conforme a destinação de cada item;
- Apresentar resistência térmica e mecânica compatível com exposição a calor radiante, fagulhas, abrasão, perfuração, impactos e deslocamento em solo irregular;
- Atender integralmente às normas técnicas nacionais e/ou internacionais aplicáveis;
- Possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, quando exigível pela legislação trabalhista;
- Garantir ergonomia, estabilidade, aderência e conforto para uso prolongado em jornadas extensas;
- Ser novos, sem uso anterior, de fabricação recente e entregues em perfeitas condições de utilização.

#### 4.2 Requisitos de Fornecimento

Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, o fornecimento deverá:

- Permitir aquisições parceladas e sob demanda, conforme convocações de brigadistas e necessidade de reposição;
- Observar prazos de entrega compatíveis com a urgência operacional das Unidades de Conservação;
- Garantir regularidade no abastecimento ao longo da vigência da Ata;
- Prever substituição de itens com defeito, vício oculto ou em desacordo com as especificações técnicas, sem ônus para a Administração;
- Assegurar que os produtos sejam entregues com identificação clara de numeração, fabricante, lote e instruções de uso e conservação.

#### 4.3 Requisitos de Qualidade, Conformidade e Amostras

A contratada deverá:

- Comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, mediante atestados de fornecimento similar;
- Apresentar documentação técnica oficial do fabricante (catálogos, fichas técnicas ou manuais), demonstrando o atendimento integral às especificações mínimas;
- Assegurar garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo legal previsto no Código de Defesa do Consumidor;

- Permitir rastreabilidade dos lotes, quando aplicável.

### Exigência de Amostras

Encerrada a fase de lances e aceita provisoriamente a proposta classificada em primeiro lugar, poderá ser exigida a apresentação de **amostras físicas dos calçados e botas**, para análise técnica quanto à conformidade material, estrutural, ergonômica e funcional.

A avaliação poderá contemplar, entre outros aspectos:

- Qualidade dos materiais empregados;
- Sistema de montagem e acabamento;
- Conforto e ajuste anatômico;
- Estabilidade e aderência do solado;
- Compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

A não apresentação da amostra no prazo estabelecido, ou a constatação de desconformidade com as especificações mínimas exigidas, implicará a desclassificação da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

### 4.4 Garantia Contratual

Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com entrega parcelada e sem obrigação de execução continuada ou risco relevante de inadimplemento que justifique a retenção de valores ou prestação de caução.

Trata-se de contratação de baixa complexidade técnica e risco administrativo reduzido, em que o pagamento ocorrerá após a efetiva entrega e aceite dos produtos, mitigando a necessidade de mecanismos adicionais de garantia.

Eventuais inconformidades poderão ser sanadas por meio da recusa do recebimento, exigência de substituição, aplicação de penalidades contratuais e demais instrumentos previstos na legislação.

### 4.5 Requisitos de Gestão e Controle

A contratação deverá possibilitar:

- Controle de quantitativos ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços;
- Monitoramento de consumo por unidade administrativa;
- Planejamento de reposição alinhado às convocações contínuas de brigadistas;
- Ajuste logístico diante da intensificação das operações em períodos críticos de estiagem.

4.6. Os Requisitos mínimos dos itens cotados serão:

#### Item 01: Bota para fiscalização

- **Couro do Cabedal:** Confeccionado em couro bovino legítimo, com espessura de 1,7 mm a 2,2 mm, na cor preta e hidrofugado, isento de marcas de parasitas como bernes e carrapatos, riscos provocados por cerca de arame farpado e marcas de fogo.
- **Gáspea:** Confeccionada em couro bovino de primeira qualidade, forrada com tecido em poliéster e poliamida.
- **Cano:** Em couro bovino de primeira qualidade. Com detalhes em couro tipo napa. Dublado com espuma de alta performance, espuma de 15mm (+/-5%) densidade 60 (+/-5%), forrado com tecido em poliéster e poliamida, ligado a gáspea e a taloneira através de costuras duplas.
- **Altura do cano:** A altura do cano deverá ser medida do lado externo do calçado entre o ponto mais baixo do solado e o ponto mais alto cano. Sendo de 24 a 28 cm para o nº.40 devendo aumentar ou diminuir conforme a numeração.
- **Taloneira:** Em couro bovino de primeira qualidade, ligado ao cano e gáspea através de costuras duplas.
- **Passadores/Ganchos:** Em nylon sendo cinco pares na parte inferior tipo passadores e três pares na parte superior em gancho de engate rápido, sendo fixados através de rebites.
- **Parte superior (colarinho):** Acolchoado com espuma de PU de alta qualidade, revestido na parte externa em lona cordura e na parte interna com tecido em poliéster e poliamida.
- **Língua:** Tipo morcego fechada até a altura do gancho de travamento, em lona cordura, dublada com espuma de PU forrado com tecido em poliéster e poliamida.
- **Forração:** Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Com tratamento antimicrobiano que inibe a proliferação dos fungos e bactérias responsáveis pelos maus odores nos tecidos. AVESSO SUADOR: Composto em microfibra sem tingimento e costurado ao forro.

- **Palmilha de montagem:** Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm ; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.\*\*Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado
- **Válvulas de respiro:** Na lateral interna de cada pé, área do enfranque, haverá duas válvulas de respiro.
- **Contraforte interno:** Confeccionados em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, anti-impacto de alta durabilidade; Constituído por uma lâmina de resina polimérica, Contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão.
- **Palmilha de limpeza:** Palmilha dupla camada confortável e anti perfurável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm. Na parte inferior, composta por material de fibras de aramida, anti perfuro, com resistência de 1100N contra perfurações, conforme comprovação de laudo técnico.
- Proporciona Alta maciez, elasticidade, conforto em toda extensão dos pés com excelente memória, anti perfuro e resistência a deformação.
- **Solado:** Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.
- **Aviamentos:** As peças deverão ser unidas com duas costuras duplas, em linhas de poliamida de alta tenacidade; Espessura mínima da linha 30 na parte superior e mínima de 40 na inferior.
- **Atacador :** Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiras em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;
- **Bico:** Confeccionado em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, leve e resistente.
- **SISTEMA DE MONTAGEM:** Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência; Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha.
- Cabedal e solado unidos através de colagem térmica;
- A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;
- **MASSA DA BOTA :** Igual ou inferior a 680g o pé numero 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.
- **EMBALAGEM:** Cada par de botas deve ser acondicionado individualmente; embalagem deve conter: Indicação do tamanho; nome do fabricante de forma legível e em local visível; informações conforme artigo 31 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); instruções de uso, conservação, higienização e armazenamento. Coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.
- **Requisitos Normativos:** Conforme normas NBR ISO 20344 e NBR ISO 20345.
- **Numeração Disponível:** Do número 34 ao 50

## Item 02: Bota para trilhas e monitoramento

- **Estrutura Geral:**
- **Tipo:** Tênis de trilha (trail), unissex
- **Peso máximo por pé (nº 41):** 500g
- **Cano:** baixo com colar acolchoado
- **Flexibilidade:** Solado flexível, porém resistente a torções
- **Design:** Anatômico, com reforço em áreas de maior atrito
- **Finalidade:** Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo.
- **Cabedal:** Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster e espessura 1.8 mm, para melhor respiração e conforto, com detalhes em microfibras de alta qualidade, na cor coyote ou preta. Sobre-biqueira na parte frontal em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, na região intermediária da sobre-biqueira, sobre a gáspea deverá possuir um microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster da gáspea, o microfilme deverá seguir o contorno da sobre-biqueira e arremate final deverá ir até a área do enfranque do calçado;
- **Gáspea - Em em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, de primeira qualidade, com reforço interno acolchoado, forrada com tecido respirável composto por poliéster e poliamida.**
- **Cano:** Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, com detalhes em microfibras de alta qualidade. Na região intermediária do calçado em ambos os lados dos pés, dentre taloneira e ferradura de fixação dos passadores, deverá possuir um fita gorgurão de alta tenacidade fixada por costuras na transversal para melhor estruturação dos canos, nas laterais da fita haverá microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster do cano, o microfilme deverá seguir até a base da taloneira, contornando-a para melhor resistência a atritos traseiros.
- **Altura do Cano:** Entre 14 cm e 19 cm para o número 40, devendo variar proporcionalmente conforme a numeração.
- **Taloneira:** cobrindo a traseira do calçado do mesmo material da sobre-biqueira, sendo composto em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, estruturada para garantir firmeza ao calcanhar e auxiliar na estabilidade.
- **Passadores e Ganchos:** Com 6 linhas de passadores sendo 4 linhas de passadores fechados em nylon anti ferrugem e 2 linhas de ganchos saque rapido em nylon anti ferrugem, todos fixados através de rebites.
- **Colarinho (parte superior do cano):** Acolchoado revestidos material sintético P.U de alta performance, com enchimento em espuma de polietileno de células fechadas e internamente com malha de poliéster com tratamento antibacteriano.
- **Língua (Língua tipo fole/morcego):** Modelo fechado até a altura dos ganchos. Confeccionada em tecido RIP STOP com dublagem em espuma de PU e forro interno em poliéster respirável. Evita entrada de detritos e umidade.
- **Forração Interna:** Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Alta respirabilidade, mantendo o conforto térmico e controle da umidade interna. **AVESSO SUADOR:** Composto em microfibras sem tingimento e costurado ao forro.
- **Palmilha de Montagem:** Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm ; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado. \*\*Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;

- Palmilha de Limpeza (Conforto): Palmilha dupla camada confortável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm.
- Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.
- Atacador Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;
- SISTEMA DE MONTAGEM: Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência; Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha.
- Cabedal e solado unidos através de colagem térmica;
- A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;
- MASSA DA BOTA : Igual ou inferior a 480g o pé número 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.
- EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; Coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte;

**Item 03: Bota Antichamas** - Bota multiuso de bombeiro 100% a prova d'água.

- Couro do Cabedal: vaqueta lisa antichama, hidrofugada, na cor preta curtida ao cromo, com espessura entre 1,8 e 2,0 mm.
- Forro: Meião 100% a prova d'água, confeccionado em tecido não tecido em poliéster na cor preta com membrana de poliuretano (PU) 100% impermeável e com suas costuras seladas com fita adesiva de PU para garantir vedação total.
- Lingueta: Fole confeccionado em napa couro antichama, espessura de 1,0 a 1,2 mm, cor preta, acolchoamento interno de 10 mm e forro também em napa couro anti-chamas.
- Colarinho: Produzido em napa couro antichama, com espessura de 1,0 a 1,2 mm, na cor preta e acolchoado com espuma de PU de 10 mm.
- Contraforte: Fabricado em material termoplástico, com espessura de 1,5 mm.
- Linha de Costura: Linha de nylon 30, na cor cinza.
- Biqueira: Bico de composite, resistente a impacto de até 200J, conforme NBR ISO 20344 (maior proteção a queda de objetos).
- Taloneira: Equipado com peça refletiva com intensidade mínima de 1000 candelas, com dimensões: 25 mm (largura) x 15 mm (altura), garantindo visibilidade noturna.
- Altura do Cano: Altura mínima de 22 cm. Proporciona proteção adicional contra queimaduras e cortes em áreas críticas, atendendo às exigências operacionais da função de bombeiro.
- Palmilha de Montagem: Confeccionada com múltiplas camadas de 100% poliéster, com trato de cerâmica de alta tenacidade e espessura de 3,5 mm (+/-0,2 mm), não metálica e resistente à perfuração de até 1100N. Protege 100% da superfície plantar do pé.
- Palmilha Higiênica: Feita de EVA termo conformado, na cor preta, com acabamento em tecido 500, espessura de 3 mm. Pode ser utilizada simultaneamente como palmilha de montagem e de proteção, cobrindo integralmente a planta do pé.
- Solado: Monodensidade em borracha nitrilica com resistência a altas temperatura (300 °C). O solado deve ser vulcanizado e injetado diretamente no cabedal, sendo constituído por ranhuras especiais que possibilite maior estabilidade ao caminhar e subir escadas.
- Solado bi densidade em PU e borracha bicomponente. Primeira camada: poliuretano injetado diretamente no cabedal, com densidade de 0,4 g/cm³ (macia e leve). Segunda camada: borracha nitrilica resistente a até 300 °C. Ranhuras com 5 mm de profundidade e 6 mm de largura.
- Possui os seguintes autenticações:
  - Atendimento a norma técnica NBR ISO20344 – 20345;
  - Atendimento a norma EN15090/12 – simbologias - Calçado tipo 2 – F2A - HI2 – SR
  - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO: deverá ser apresentado C.A do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando que o calçado seja do TIPO BOTA PARA USO NO COMBATE A INCÊNDIO.

#### 4.7 Numeração e Grade de Tamanhos

Os calçados e botas descritos nos Itens 01, 02 e 03 deverão ser fornecidos em grade completa de numeração, compreendendo do número **34 ao 50**, observando padrão brasileiro de medidas.

A distribuição das numerações será realizada conforme demanda da Administração, devendo a contratada:

- Garantir disponibilidade integral da grade prevista durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
- Permitir fornecimento proporcional por numeração, conforme quantitativos solicitados em cada empenho;
- Assegurar padronização dimensional e fidelidade às medidas declaradas;
- Admitir variação proporcional nas dimensões estruturais (altura de cano, largura, forma e proporções anatômicas), conforme a numeração fornecida, mantendo as características técnicas exigidas.

A indisponibilidade de numeração solicitada será considerada descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado realizado demonstra que as botas e calçados operacionais classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), objeto da presente contratação, consistem em bens comuns, padronizados e amplamente comercializados no mercado nacional.

Trata-se de calçados de uso profissional destinados a atividades de campo, fiscalização ambiental e combate a incêndios florestais, produzidos em escala industrial, com especificações técnicas consolidadas e parâmetros normativos definidos, tais como resistência térmica, proteção contra perfuração e impacto, solado antiderrapante, impermeabilidade, ergonomia e atendimento às normas técnicas aplicáveis (NBR ISO 20344, NBR ISO 20345 e correlatas, quando exigíveis).

Os referidos produtos são usualmente classificados como itens de linha regular de fabricação, disponíveis para pronta entrega por múltiplos fabricantes e distribuidores especializados em equipamentos de proteção individual e segurança do trabalho.

A ampla oferta foi constatada por meio de:

- consulta a catálogos técnicos de fabricantes nacionais;
- pesquisa em plataformas eletrônicas de comércio especializado;
- análise de atas de registro de preços e contratações públicas similares;
- levantamento junto a fornecedores do segmento de EPI e calçados técnicos profissionais.

Verifica-se a existência de diversidade de marcas, modelos e fabricantes aptos a atender às especificações técnicas estabelecidas, não se identificando dependência de fornecedor exclusivo ou restrição relevante à competitividade.

Adicionalmente, os itens possuem parâmetros técnicos objetivos e verificáveis, passíveis de descrição clara e precisa no Termo de Referência, permitindo julgamento por critérios objetivos, comparação direta entre propostas e aferição de conformidade por meio de documentação técnica e eventual apresentação de amostras, o que caracteriza sua natureza de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Diante desse cenário, conclui-se que:

- há ampla disponibilidade de fornecedores no mercado nacional;
- os produtos são padronizados e não demandam desenvolvimento sob encomenda;
- não há barreiras técnicas relevantes à participação de interessados;
- o objeto não apresenta inovação tecnológica ou complexidade que exija solução personalizada;
- a aquisição pode ser realizada mediante especificações técnicas mínimas objetivas, preservando a competitividade do certame.

Assim, o levantamento de mercado confirma a viabilidade da contratação, a existência de ambiente concorrencial adequado e a pertinência da adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza padronizada dos calçados, sua disponibilidade comercial e a necessidade de reposição contínua decorrente do desgaste operacional e das convocações sucessivas de brigadistas ao longo do exercício.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, para aquisição parcelada de botas e calçados operacionais classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados aos servidores, colaboradores e brigadistas da Fundação Florestal, inclusive temporários convocados de forma contínua ao longo do exercício.

A solução abrange o fornecimento de diferentes modelos de calçados técnicos, adequados às atividades de fiscalização ambiental, patrulhamento, manejo, monitoramento e combate a incêndios florestais, devendo apresentar resistência térmica e mecânica compatível com as condições operacionais enfrentadas pelas equipes, bem como certificação normativa e Certificado de Aprovação (CA), quando exigível.

Os itens contemplam, conforme especificado no Termo de Referência:

- Bota para fiscalização;
- Calçado técnico para trilhas e monitoramento;
- Bota antichama para combate a incêndio florestal.

A escolha pela aquisição via Ata de Registro de Preços decorre das seguintes premissas estruturantes:

- necessidade de reposição contínua em razão do desgaste acelerado dos calçados em ambiente de campo;
- convocações sucessivas e imprevisíveis de brigadistas temporários;
- variação da intensidade operacional conforme o cenário climático e o nível de ocorrência de incêndios;
- impossibilidade de definição precisa do quantitativo mensal de consumo por unidade administrativa.

A solução contempla:

- definição clara e objetiva das especificações técnicas no Termo de Referência, assegurando padronização, segurança e qualidade dos calçados;
- formação de Ata de Registro de Preços com vigência determinada, permitindo aquisições sob demanda;
- fornecimento parcelado conforme necessidade operacional;
- prazos de entrega compatíveis com a urgência das atividades de campo;
- substituição de produtos em desconformidade ou com defeito de fabricação;
- possibilidade de análise técnica por meio de documentação e amostras físicas, quando exigido.

Trata-se de solução de baixa complexidade técnica, baseada em bens comuns amplamente disponíveis no mercado nacional, produzidos em escala industrial, que não demandam desenvolvimento sob encomenda nem execução de serviços associados.

A adoção dessa solução assegura:

- manutenção contínua das condições adequadas de segurança ocupacional;
- eficiência logística na reposição de calçados desgastados ou danificados;
- racionalidade orçamentária, com aquisições conforme disponibilidade financeira;
- flexibilidade administrativa diante da imprevisibilidade dos eventos climáticos e da dinâmica operacional das Unidades de Conservação.

Alternativas como aquisição em parcela única ou contratos rígidos de fornecimento foram consideradas menos adequadas, pois não atendem à necessidade de reposição variável e contínua, podendo gerar superdimensionamento de estoque ou insuficiência de equipamentos em períodos críticos de estiagem.

Conclui-se, portanto, que a solução escolhida é tecnicamente adequada, operacionalmente eficiente e economicamente compatível com a natureza da demanda institucional, alinhando-se aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantitativos foi elaborada considerando:

- o número médio de servidores, colaboradores e brigadistas permanentes e temporários convocados anualmente;
- a possibilidade de convocações adicionais ao longo do período crítico de estiagem;
- a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para reposição imediata;
- o desgaste acelerado das botas em atividades de campo, fiscalização ambiental, patrulhamento e combate a incêndios florestais;
- a necessidade de equipar integralmente cada agente com calçado adequado à natureza da atividade desempenhada.

A estimativa contempla margem técnica para:

- substituição de botas danificadas em campo;
- recomposição de equipes;
- reforço operacional em períodos de alta incidência de incêndios;
- ampliação eventual do efetivo temporário;
- variação de numeração e ajustes logísticos entre Unidades de Conservação.

## Quantitativos Estimados

Item	Descrição	Quantidade Estimada
1	Bota para fiscalização	1.000 pares
2	Bota para trilhas e monitoramento	1.000 pares
3	Bota antichama (bombeiro)	1.500 pares

Os quantitativos estimados superam o número de profissionais simultaneamente mobilizados em campo em razão de fatores técnicos e operacionais, tais como:

- elevado índice de desgaste decorrente do uso contínuo em solo irregular, pedregoso, úmido e com presença de obstáculos naturais;
- exposição a calor intenso, abrasão e impactos nas operações de combate a incêndios;
- comprometimento progressivo da aderência do solado, da proteção contra perfuração e da estabilidade estrutural;
- necessidade de substituição preventiva para manutenção dos padrões de segurança;
- manutenção de estoque regulador para pronta reposição;
- rotatividade de brigadistas temporários e movimentação interna de servidores entre unidades;
- dinâmica do Sistema de Registro de Preços, que exige planejamento compatível com demandas variáveis ao longo da vigência da Ata.

Ressalta-se que os calçados operacionais constituem EPI essencial à integridade física dos agentes de campo, devendo estar disponíveis de forma contínua e suficiente para atender tanto o efetivo permanente quanto as variações decorrentes das convocações temporárias e da intensificação das operações em períodos críticos.

No que se refere aos brigadistas temporários, a estimativa considera a rotatividade inerente às convocações realizadas ao longo do período crítico de estiagem, bem como a possibilidade de reforço emergencial do efetivo conforme a evolução do cenário de incêndios florestais. Essa dinâmica exige disponibilidade adicional de calçados técnicos apropriados, a fim de assegurar equipagem integral e imediata dos profissionais convocados, sem comprometer o atendimento aos servidores e colaboradores permanentes que também atuam em campo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 3.557.360,00

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores especializados em calçados técnicos profissionais.

Considerando os quantitativos estimados para as botas operacionais e os valores médios unitários apurados na pesquisa de mercado, o valor global estimado para a contratação é de: **R\$ 3.557.360,00**(três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta reais).

O montante estimado observa os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e nos normativos estaduais aplicáveis à pesquisa de preços, refletindo valores compatíveis com o mercado para calçados técnicos de uso profissional que atendam às exigências normativas, de segurança ocupacional e de desempenho operacional previstas no Termo de Referência.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos da legislação aplicável, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número possível de fornecedores, sem prejuízo da eficiência administrativa.

No presente caso, a solução consiste na aquisição de **botas e calçados operacionais classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados aos servidores, colaboradores e brigadistas da Fundação Florestal que atuam em campo, inclusive aqueles convocados temporariamente ao longo do exercício..

Os itens previstos — tais como bota para fiscalização, calçado técnico para trilhas e monitoramento e bota antichama para combate a incêndio florestal — possuem natureza autônoma, destinam-se a finalidades operacionais distintas e não apresentam interdependência técnica entre si. Cada modelo atende a requisitos específicos de proteção, resistência e desempenho, podendo ser fornecido isoladamente sem comprometimento de sua funcionalidade ou da gestão contratual.

Trata-se de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado nacional, sendo frequente a atuação de fabricantes e distribuidores especializados em determinadas linhas de calçados técnicos profissionais. Nesse contexto, o parcelamento por item mostra-se técnica e economicamente adequado, pois:

- amplia a competitividade do certame;
- evita restrição indevida à participação de empresas especializadas em segmentos específicos de calçados;
- favorece a obtenção de propostas mais vantajosas;
- reduz o risco de insucesso global da contratação em razão de eventual desconformidade pontual em determinado item.

Não há exigência de integração tecnológica ou operacional entre os diferentes modelos de botas que justifique contratação conjunta obrigatória. A padronização institucional é assegurada pelas especificações técnicas mínimas definidas no Termo de Referência, independentemente da adjudicação ocorrer a fornecedores distintos.

Adicionalmente, considerando que a contratação se dará por meio do Sistema de Registro de Preços, o modelo adotado já permite aquisições parceladas conforme a necessidade operacional, sem prejuízo da logística ou da eficiência administrativa.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento do objeto por item, em consonância com os princípios da competitividade, economicidade e eficiência administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando maior amplitude de participação no certame e melhores condições para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No que se refere a contratações correlatas, verifica-se que o objeto guarda relação com outras iniciativas institucionais voltadas à estruturação e manutenção das brigadas, tais como a contratação de brigadistas temporários por meio de Processo Seletivo Simplificado, a aquisição de ferramentas operacionais, equipamentos de combate a incêndio (como sopradores, bombas costais e utensílios manuais), bem como eventual contratação de serviços de capacitação e treinamento operacional.

Contudo, tais contratações possuem objetos distintos e autônomos, não havendo interdependência técnica ou jurídica que condicione a execução da presente aquisição de botas e calçados operacionais à formalização simultânea de outros ajustes contratuais. O fornecimento dos calçados independe da celebração ou conclusão de contratos acessórios, sendo possível sua contratação, entrega e gestão de forma independente, dentro do planejamento institucional.

Eventual correlação existente é de natureza funcional e operacional, na medida em que os EPIs integram o conjunto de recursos necessários ao pleno funcionamento das brigadas. Entretanto, essa relação não configura interdependência contratual, mas apenas complementaridade institucional.

Assim, conclui-se que não há contratações interdependentes que constituam condição prévia para a execução do objeto. As contratações correlatas eventualmente existentes inserem-se no planejamento global das ações de prevenção e combate a incêndios florestais, sem comprometer a autonomia técnica e administrativa da presente solução.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição de calçados operacionais encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Fundação Florestal, especialmente às ações estruturantes voltadas à manutenção e ao fortalecimento das atividades de campo nas Unidades de Conservação.

Destaca-se que a contratação guarda consonância com o Processo Seletivo Simplificado destinado à convocação de brigadistas temporários, o qual amplia o efetivo operacional em períodos críticos. A disponibilização prévia e planejada de botas e calçados técnicos adequados assegura a equipagem integral tanto dos servidores permanentes quanto dos profissionais temporariamente convocados, garantindo segurança ocupacional, continuidade das operações e pronta resposta às demandas ambientais.

Assim, a contratação integra o conjunto de medidas previstas no planejamento anual, viabilizando a adequada estruturação das equipes de campo e assegurando conformidade com as exigências legais relativas ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação para aquisição de botas e calçados operacionais proporcionará os seguintes benefícios institucionais e operacionais:

- **Proteção à integridade física dos agentes de campo**, mediante fornecimento de calçados adequados aos riscos mecânicos, térmicos e ambientais inerentes às atividades desenvolvidas;
- **Redução da ocorrência de acidentes de trabalho**, especialmente quedas, torções, perfurações e queimaduras, em conformidade com a NR-6 e demais normas aplicáveis;

- **Melhoria das condições ergonômicas e de desempenho operacional**, favorecendo maior estabilidade, mobilidade e conforto durante jornadas prolongadas;
- **Padronização institucional dos equipamentos de campo**, fortalecendo a identidade visual das equipes e a organização logística;
- **Maior eficiência na reposição de calçados desgastados**, em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite aquisições sob demanda;
- **Apoio à estruturação das equipes decorrentes do Processo Seletivo Simplificado**, garantindo equipagem tempestiva dos brigadistas temporários convocados;
- **Racionalidade orçamentária**, com aquisições planejadas e compatíveis com a demanda real ao longo da vigência da Ata;
- **Continuidade das operações de fiscalização, monitoramento e combate a incêndios florestais**, assegurando que os profissionais disponham de EPI adequado para o exercício regular de suas funções.

Dessa forma, a contratação contribui diretamente para o fortalecimento da capacidade operacional da Fundação Florestal, promovendo segurança ocupacional, eficiência administrativa e atendimento ao interesse público.

### 13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação, deverão ser concluídos o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência com especificações técnicas claras dos calçados, critérios de aceitação, prazos de entrega e condições de fornecimento.

Deverá ser realizada a regular instrução do processo licitatório, com pesquisa de preços e definição da modalidade adequada.

No âmbito operacional, caberá à área demandante organizar o controle de estoque, o fluxo de distribuição dos equipamentos conforme as convocações de brigadistas e o acompanhamento das entregas realizadas no âmbito da Ata de Registro de Preços.

As providências são de natureza administrativa ordinária e compatíveis com a estrutura existente, não havendo necessidade de adequações estruturais adicionais para implementação da solução.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação refere-se à aquisição de botas e calçados, consistindo em bens de consumo industrializados, não envolvendo obras, serviços de engenharia ou intervenções diretas no meio ambiente. Assim, os impactos ambientais associados são indiretos e de baixa magnitude.

Os possíveis impactos relacionam-se principalmente à cadeia produtiva dos materiais utilizados na fabricação dos equipamentos (tecidos sintéticos, borrachas, polímeros, metais), ao consumo de recursos naturais na produção e à geração de resíduos ao final da vida útil dos produtos.

No âmbito da execução contratual, os impactos potenciais decorrem do descarte de equipamentos danificados ou inservíveis, especialmente itens como respiradores descartáveis e componentes têxteis e poliméricos.

Como medidas mitigadoras, a contratação priorizará produtos duráveis e adequados às condições de uso, reduzindo a necessidade de substituições frequentes. Além disso, a Fundação Florestal adotará procedimentos internos de descarte ambientalmente adequado dos materiais inservíveis, observando a legislação aplicável.

Ressalta-se, ainda, que os benefícios ambientais indiretos da contratação superam eventuais impactos, uma vez que a adequada equipagem das brigadas contribui diretamente para a prevenção e o combate a incêndios florestais, protegendo a biodiversidade, a cobertura vegetal e os ecossistemas sob gestão da Fundação.

Conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são indiretos, controláveis e mitigáveis, sendo a solução compatível com as diretrizes de sustentabilidade e proteção ambiental institucionais.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se tecnicamente viável, uma vez que os calçados operacionais pretendidos são bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado nacional, produzidos em escala industrial e com especificações técnicas objetivamente verificáveis.

Do ponto de vista econômico, a adoção do Sistema de Registro de Preços assegura flexibilidade, racionalidade orçamentária e compatibilidade com a variação da demanda ao longo do exercício, não havendo complexidade técnica, inovação tecnológica ou dependência de fornecedor exclusivo que comprometa a execução.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é técnica, operacional e economicamente viável, estando alinhada ao planejamento institucional e aos princípios da eficiência e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VERIDIANNA BESSA PENHALBER**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 26/02/2026 às 17:36:17.*

**FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO SÃO PAULO**

Processo Administrativo nº **262.00001644/2026-08**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [...../.....]  
CELEBRADO ENTRE O(A)  
[.....], POR  
INTERMÉDIO DO(A)  
[.....] E  
[.....]

O Estado de São Paulo / [Entidade com personalidade jurídica] ....., por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) [.....], na cidade de ..... /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [.....], neste ato representado(a) pelo(a) [.....] (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/\_\_\_\_\_] nº ....., de .... de ..... de 20..., publicado(a) no DOE de .... de ..... de ....., [portador(a) da identificação funcional \_\_\_\_\_ nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) [.....], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por [.....] (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº [.....], conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº [.....] e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente [do Pregão Eletrônico nº .../...**OU** da Concorrência Eletrônica nº .../...], mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [.....] conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------------------	------------------	----------------	-------------

1	<p><b>Bota para fiscalização:</b></p> <p>Couro do Cabedal: Confeccionado em couro bovino legitimo, com espessura de 1,7 mm a 2,2 mm, na cor preta e hidrofugado, isento de marcas de parasitas como bernas e carrapatos, riscos provocados por cerca de arame farpado e marcas de fogo.</p> <p>Gáspea: Confeccionada em couro bovino de primeira qualidade, forrada com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>Cano: Em couro bovino de primeira qualidade. Com detalhes em couro tipo napa. Dublado com espuma de alta performance, espuma de 15mm (+/-5%) densidade 60 (+/-5%), forrado com tecido em poliéster e poliamida, ligado a gáspea e a taloneira através de costuras duplas.</p> <p>Altura do cano: A altura do cano deverá ser medida do lado externo do calçado entre o ponto mais baixo do solado e o ponto mais alto cano. Sendo de 24 a 28 cm para o nrº.40 devendo aumentar ou diminuir conforme a numeração.</p> <p>Taloneira: Em couro bovino de primeira qualidade, ligado ao cano e gáspea através de costuras duplas.</p> <p>Passadores/Ganchos: Em nylon sendo cinco pares na parte inferior tipo passadores e três pares na parte superior em gancho de engate rápido, sendo fixados através de rebites.</p> <p>Parte superior (colarinho): Acolchoado com espuma de PU de alta qualidade, revestido na parte externa em lona cordura e na parte interna com tecido em poliéster e poliamida.</p> <p>Língua: Tipo morcego fechada até a altura do gancho de travamento, em lona cordura, dublada com espuma de PU forrado com tecido em poliéster e poliamida.</p>		Par	1.000		
---	--	--	-----	-------	--	--

<p>Forração: Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Com tratamento antimicrobiano que inibe a proliferação dos fungos e bactérias responsáveis pelos maus odores nos tecidos.</p> <p>AVESSO SUADOR: Composto em microfibras sem tingimento e costurado ao forro.</p> <p>Palmilha de montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.</p> <p>** Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construídas com celulose ou não tecido impregnado;</p> <p>- Válvulas de respiração: Na lateral interna de cada pé, área do enfranque, haverá duas válvulas de respiração.</p> <p>- Contraforte interno: Confeccionados em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, anti-impacto de alta durabilidade; Constituído por uma lâmina de resina polimérica, contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão.</p> <p>- Palmilha de limpeza: Palmilha dupla camada confortável e anti-perfurável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm. Na parte inferior, composta por material de fibras de aramida, anti-perfuro, com resistência de 1100N contra perfurações, conforme comprovação de laudo técnico.</p>					
---	--	--	--	--	--

	<p>- Proporciona Alta maciez, elasticidade, conforto em toda extensão dos pés com excelente memória, anti perfuro e resistência a deformação.</p> <p>Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.</p> <p>Aviamentos: As peças deverão ser unidas com duas costuras duplas, em linhas de poliamida de alta tenacidade; Espessura mínima da linha 30 na parte superior e mínima de 40 na inferior.</p> <p>Atacador: Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;</p> <p>Bico: Confeccionado em material termoplástico 2,5 mm tramado frente e verso, leve e resistente.</p> <p>SISTEMA DE MONTAGEM:</p> <p>Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;</p> <p>Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha.</p> <p>Cabedal e solado unidos através de colagem térmica; A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioli e isocianato, de alta resistência;</p>					
--	--	--	--	--	--	--

	<p>MASSA DA BOTA: Igual ou inferior a 680g o pé numero 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.</p> <p>EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; Coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.</p> <p>Requisitos Normativos: Conforme normas NBR ISO 20344 e NBR ISO 20345.</p> <p>Numeração Disponível: Do número 34 ao 50.</p>					
2	<p><b>Bota para trilhas e monitoramento:</b></p> <p>Finalidade: Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo.</p> <p>Estrutura Geral: Tipo: Tênis de trilha (trail), unissex</p> <p>Peso máximo por pé (nº 41): 500g</p> <p>Cano: baixo com colar acolchoado,</p> <p>Flexibilidade: Solado flexível, porém resistente a torções,</p> <p>Design: Anatômico, com reforço em áreas de maior atrito,</p> <p>Finalidade: Calçado técnico tipo tênis, de uso profissional, destinado a deslocamentos em ambientes naturais e trilhas com solo irregular, molhado, acidentado, com presença de pedras, raízes, lama e inclinações. Deve oferecer leveza, conforto, estabilidade e proteção para o uso contínuo.</p> <p>Cabedal: Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster e espessura 1.8 mm, para melhor respiração e conforto, com detalhes em microfibra de alta qualidade, na cor coyote ou preta.</p>		Par	1.000		

<p>Sobrebiqueira na parte frontal em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, na região intermediária da sobre-biqueira, sobre a gáspea deverá possuir um microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster da gáspea, o microfilme deverá seguir o contorno da sobre-biqueira e arremate final deverá ir até a área do enfranque do calçado;</p> <p>Gáspea - Em em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, de primeira qualidade, com reforço interno acolchoado, forrada com tecido respirável composto por poliéster e poliamida.</p> <p>Cano: Confeccionado em RIP STOP reforçado com tramas de poliéster, com detalhes em microfibras de alta qualidade.</p> <p>Na região intermediária do calçado em ambos os lados dos pés, dentre taloneira e ferradura de fixação dos passadores, deverá possuir uma fita gorgurão de alta tenacidade fixada por costuras na transversal para melhor estruturação dos canos, nas laterais da fita haverá microfilme de 1 a 2cm de margem, fixado do tipo fusão direta ao tecido poliéster do cano, o microfilme deverá seguir até a base da taloneira, contornando-a para melhor resistência a atritos traseiros.</p> <p>Altura do Cano: Entre 14 cm e 19 cm para o número 40, devendo variar proporcionalmente conforme a numeração.</p> <p>Taloneira: cobrindo a traseira do calçado do mesmo material da sobre-biqueira, sendo composto em polímero elastômero e ou plastisol com microgranulado de toque alto fixado por costura duplas, estruturada para garantir firmeza ao calcanhar e auxiliar na estabilidade.</p>				
---	--	--	--	--

<p>Passadores e Ganchos: Com 6 linhas de passadores sendo 4 linhas de passadores fechados em nylon anti ferrugem e 2 linhas de ganchos saque rapido em nylon anti ferrugem, todos fixados através de rebites.</p> <p>Colarinho (parte superior do cano): Acolchoado revestidos material sintético P.U de alta performance, com enchimento em espuma de polietileno de células fechadas e internamente com malha de poliéster com tratamento antibacteriano.</p> <p>Língua (Língua tipo fole /morcego): Modelo fechado até a altura dos ganchos. Confeccionada em tecido RIP STOP com dublagem em espuma de PU e forro interno em poliéster respirável. Evita entrada de detritos e umidade.</p> <p>Forração Interna: Forro de tecido Confratec Air 100% poliéster com gramatura 200 g/m2 e dublado com manta gramatura 100 g/m2, respirável composto em duas camadas, resistente à abrasão e ao envelhecimento. Alta respirabilidade, mantendo o conforto térmico e controle da umidade interna.</p> <p>AVESSE SUADOR: Composto em microfibras sem tingimento e costurado ao forro.</p> <p>Palmilha de Montagem: Palmilha de montagem em material Bidim 1.6 mm dublado e conformado com E.V.A 2mm; A palmilha de montagem é fixada e não pode ser removida sem danificar o calçado.</p> <p>**Essa palmilha não deve possuir componentes metálicos e não serão aceitas palmilhas construída com celulose ou não tecido impregnado;</p> <p>Palmilha de Limpeza (Conforto): Palmilha dupla camada confortável, removível, composta poliuretano (P.U Gel) recoberta com tecido gofre 60gr. tipo malha na cor laranja na parte superior; palmilha com</p>					
--	--	--	--	--	--

	<p>espessura mínima na parte frontal de 7mm e parte traseira 13mm.</p> <p>Solado: Bicomponente composto em sola de borracha nitrilica legítima com resistência a altas temperaturas até 320°, na cor preta, segunda camada sendo entressola em E.V.A de alto conforto e leveza. Deverá ser colado e costurado em toda a extensão do canal de blaqueação na parte frontal. Deverá oferecer conforto e mobilidade ao usuário.</p> <p>Atacador Cadarço redondo atacadores de poliamida redondos de alta resistência a tração, na cor preta com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida e plastificada;</p> <p>SISTEMA DE MONTAGEM:</p> <p>Cabedal (montado), a palmilha de montagem deve ser fixada e não podem ser removidos sem danificar o calçado, cabedal e solado unidos através de colagem térmica através de adesivos termo reativado a base de polioliol e isocianato, de alta resistência;</p> <p>Na parte frontal do solado além da colagem deve ter a blaqueação (costura) em toda área da borracha. Cabedal e solado unidos através de colagem térmica;</p> <p>A fixação do solado ao cabedal deve ser feita por adesivo termo reativado a base de polioliol e isocianato, de alta resistência;</p> <p>MASSA DA BOTA: Igual ou inferior a 480g o pé número 40, sendo admitido uma variação de até 5% para mais.</p> <p>EMBALAGEM: Embalagem individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado; coletivamente são acondicionadas em caixas de papelão de alta resistência para o transporte.</p>					
3	<p><b>Bota Antichamas:</b></p> <p>Bota multiuso de bombeiro 100% a prova d'água.</p>		Par	1.500		

<p>Couro do Cabedal: vaqueta lisa antichama, hidrofugada, na cor preta curtida ao cromo, com espessura entre 1,8 e 2,0 mm.</p> <p>Forro: Meiao 100% impermeável e com suas costuras seladas com fita adesiva de PU para garantir vedação total.</p> <p>Lingueta: Fole confeccionado em napa couro antichama, espessura de 1,0 a 1,2 mm, cor preta, acolchoamento interno de 10 mm e forro também em napa couro anti chamas.</p> <p>Colarinho: Produzido em napa couro antichama, com espessura de 1,0 a 1,2 mm, na cor preta e acolchoado com espuma de PU de 10 mm.</p> <p>Contraforte: Fabricado em material termoplástico, com espessura de 1,5 mm.</p> <p>Linha de Costura: Linha de nylon 30, na cor cinza.</p> <p>Biqueira: Bico de composite, resistente a impacto de até 200J, conforme NBR ISO 20344 (maior proteção a queda de objetos).</p> <p>Taloneira: Equipado com peça refletiva com intensidade mínima de 1000 candelas, com dimensões: 25 mm (largura) x 15 mm (altura), garantindo visibilidade noturna.</p> <p>Altura do Cano: Altura mínima de 22 cm. Proporciona proteção adicional contra queimaduras e cortes em áreas críticas, atendendo às exigências operacionais da função de bombeiro.</p> <p>Palmilha de Montagem: Confeccionada com múltiplas camadas de 100% poliéster, com trato de cerâmica de alta tenacidade e espessura de 3,5 mm (+/-0,2 mm), não metálica e resistente à perfuração de até 1100N. Protege 100% da superfície plantar do pé.</p> <p>Palmilha Higiênica: Feita de EVA termo conformado, na cor preta, com acabamento em tecido 500, espessura de 3 mm. Pode ser utilizada simultaneamente como palmilha de</p>					
--	--	--	--	--	--

<p>montagem e de proteção, cobrindo integralmente a planta do pé.</p> <p>Solado: Monodensidade em borracha nitrílica com resistência a altas temperatura (300°C). O solado deve ser vulcanizado e injetado diretamente no cabedal, sendo constituído por ranhuras especiais que possibilite maior estabilidade ao caminhar e subir escadas.</p> <p>Solado bi densidade em PU e borracha bicomponente.</p> <p>Primeira camada: poliuretano injetado diretamente no cabedal, com densidade de 0,4 g/cm<sup>3</sup> (macia e leve).</p> <p>Segunda camada: borracha nitrílica resistente a até 300 °C.</p> <p>Ranhuras com 5 mm de profundidade e 6 mm de largura.</p> <p><b>Laudos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento a norma técnica NBR ISO20344 - 20345;</li> <li>- Atendimento a norma EN15090/12 - simbologias</li> <li>- Calçado tipo 2 - F2A - HI2 - SR;</li> <li>- CERTIFICADO DE APROVAÇÃO: deverá ser apresentado C.A do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando que o calçado seja do TIPO BOTA PARA USO NO COMBATE A INCÊNDIO.</li> </ul> <p>Meião 100% a prova d' água, confeccionado em tecido não tecido em poliéster na cor preta com membrana de poliuretano (PU) 10.</p>					
--	--	--	--	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será [com entrega imediata] / [com entrega parcelada] / [contínuo] ]

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (XXX) ....., contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

**OU**

### **[segunda alternativa de redação para as subdivisões da cláusula segunda]**

2.2. O prazo de vigência da contratação é de XX (XXX) ....., contados do(a) ....., prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.2.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado.

2.2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.2.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.2.6. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.2.7. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização. |

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato. |

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

**OU**

#### **[segunda alternativa de redação para subdivisão(ões) da cláusula quarta]**

4.2. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, observadas as seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, abaixo discriminada:

4.2.1.1. ...

4.2.1.2. ...

4.2.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.2.2.1. ....

4.2.2.2. ....

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.2.4.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.2.4.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.2.4.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.2.4.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.2.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.2.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.2.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

]

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

**OU**

**[segunda alternativa de redação para o item 5.1 (conforme item 5.2)]**

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....) |

5.3. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.5. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrealizáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (DD/MM/AAAA).|

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice \_\_\_\_\_ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da |anualidade. |

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de |XX (XXX) | para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de |XX (XXX) |, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo

por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes. |

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.19. Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre. |

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. [Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**OU**

**[segunda alternativa de redação para esta cláusula contendo diversas subdivisões, com 2 opções de redação para a primeira subdivisão]**

10.2. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$\_\_\_\_\_, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

**OU**

**[segunda opção de redação para a primeira subdivisão da segunda alternativa de redação, em caso de o Contratado ficar depositário de bem(ns)]**

10.3. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$\_\_\_\_\_, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

10.3.1. BEM 1:....., de Valor:

10.3.2. BEM 2:....., de Valor:

10.3.3. ...

10.3.4. Valor total dos bens acima indicados:

10.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

10.5. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

10.5.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

10.5.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.1. Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

10.7.2. Multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

10.7.3. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

10.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

10.8.1. Caso fortuito ou força maior;

10.8.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

10.8.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

10.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

10.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.12. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

10.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

10.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.17. [Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.]

**OU** [A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.]

]

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv. **Multa:**  
[Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

**OU**

**[segunda alternativa de redação para subdivisões do inciso "iv"]**

1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de XX (XXX) dias;
2. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de .....% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;
  - i. O atraso superior a XX (XXX) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do item 11.1, de ....% a ...% do valor do Contrato;
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do item 11.1, de ....% a ...% do valor do Contrato;
5. Para infração descrita na alínea "b" do item 11.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato;
6. Para infrações descritas na alínea "d" do item 11.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato;

7. Para a infração descrita na alínea "a" do item 11.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução

ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento [em 01 (uma) via], que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local, data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-